UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ÉRIC VIDAL FERREIRA DA GUIA

Relações entre processo de ocupação e as características socioambientais da região da Serra da Misericórdia, subúrbio do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO

2013

ÉRIC VIDAL FERREIRA DA GUIA

Relações entre processo de ocupação e as características socioambientais da região da Serra da Misericórdia, subúrbio do Rio de Janeiro.

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Evaristo Castro Júnior

RIO DE JANEIRO

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço à toda minha família, sobretudo a meus pais, Carlos e Eliane por todo apoio que me deram para que eu chegasse até aqui.

Agradeço em especial ao Luiz Poeta, por ter acreditado e se dedicado até o fim de sua vida à causa "misericordiana", além dos valiosos ensinamentos sobre natureza e lições de vida. Pela amizade e gargalhadas proporcionadas. Onde estiver, saiba que jamais será esquecido e que seu esforço não terá sido em vão, como já não está sendo.

Aos companheiros da ONG Verdejar Socioambiental, motivação principal do trabalho e causa de vida, além dos freqüentadores da Serra pela amizade e companheirismo, especialmente à Marcelle, que me apresentou ao grupo. Rafael, pela gentileza da leitura e contribuições. Á Flora, Edson, Zolmir, Cícero, Ângelo, Yuri, Luara, Eduardo, Rafael Cevidanes, Roberto, Zezo, Vanessa, Ricardo, Seu Luís, e a todos que contribuem direta ou indiretamente para a luta pela preservação da Serra da Misericórdia

Agradeço especialmente à Letícia, pelo companheirismo neste momento de dificuldade, além de ter sido uma verdadeira co-orientadora, com sua leitura atenta e valiosas contribuições!

À Eliane Bessa, que também foi uma co-orientadora, e pela compreensão nos momentos de afastamento da rotina da iniciação científica.

Ao Evaristo por aceitar orientar este trabalho e indicar o caminho inicial para o mesmo.

Aos companheiros da AS-PTA, AARJ e Rede Carioca de Agricultura Urbana, Márcio, Claudemar, Daniele, Uschi, Bernadete, Sílvia, Marcela, Francisco, Sérgio Ricardo, Renan, Dona Juliana, Dona Maria Auxiliadora, Luiz Jesus, Alzeni, Bruno e tantos outros agricultores, lideranças e técnicos com quem convivi e aprendi muito nos últimos 3 anos.

Aos amigos da faculdade, da música e da vida, Thiago, Vidal, Nicolas, Daniel, Frejat, Coringa, Érico, Anna, Natália, Lara, Jéssica, Marcella, à Prof. Maria Cristina Lemos Ramos, seu Evaldo e a tantos outros funcionários técnico-administrativos das bibliotecas e do departamento de geografia da UFRJ.

EPÍGRAFE

“Que não seja sonhar demais ... a paz.
Entre homens e homens,
homens e vegetais,
homens e minerais
e homens e demais animais”.

Luiz Poeta

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como temática a relação entre o processo de ocupação e as características socioambientais da região da Serra da Misericórdia, subúrbio do Rio de Janeiro. Trata-se da última área verde de 27 bairros dos antigos subúrbios da Leopoldina e Central do Brasil. Parte do debate da ocupação de encostas pelas favelas, articulando a questão ambiental com a desigualdade social, numa perspectiva crítica, amparada pelos fundamentos do direito à cidade e da justiça ambiental. O atual estado de degradação que se verifica é fruto do papel que coube à essa região na divisão territorial do trabalho ao longo da história do Rio de Janeiro, relegada à produção de gêneros primários e posteriormente zona industrial proletária. No entanto, apesar da intensa degradação social e ambiental que se apresenta, nos últimos anos iniciativas de instituições locais, que apostam em projetos de recuperação ambiental com desenvolvimento local, baseados na Agroecologia e na Permacultura, sinalizam que outro caminho é possível.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 1
1.1 Apresentação da área de estudo **7**

2 OBJETIVOS 12

3 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA 13
3.1 Agricultura Urbana 17
3.2 Etapas do Trabalho 18

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 21
4.1 Histórico da Ocupação 21
4.2 Contexto Atual 39
4.2.1 Pedreiras 39
4.2.2 Favelas 43
4.2.3 Transcarioca 46
4.2.4 Mercado Imobiliário 47
4.2.5 Área Verde 48
4.2.6 Ações da sociedade civil 52

5 POLÍTICAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS 56
5.1 Programa Mutirão de Reflorestamento 56
5.2 Programa de Aceleração do Crescimento 58
5.3 Unidades de Tratamento de Rios 59
5.4 Unidades de Polícia Pacificadora 61
5.5 Projeto Comunidades Verdes 62

6 LEGISLAÇÃO 64
6.1 Plano Diretor 64
6.2 Uso e ocupação do solo 65
6.3 Legislação Ambiental 66

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 74

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 79

Lista de Figuras

Figura	Pág.
Figura 1: Imagem aérea do Rio de Janeiro com destaque para os maciços montanhosos.	8
Figura 2: Sub-bacias hidrográficas da Serra da Misericórdia	9
Figura 3: Mapa das bacias aéreas da cidade do Rio de Janeiro.	10
Figura 4: Imagem aérea com os bairros da Serra da Misericórdia.	11
Figura 5: "Mapa" com as Freguesias Rurais do Rio de Janeiro no período colonial.	21
Figura 6: Mapa das favelas da cidade do Rio de Janeiro em 1928.	28
Figura 7: Bairro da Penha com a Serra da Misericórdia ao fundo, em 1958.	33
Figura 8: Gráfico de quantidade de indústrias potencialmente poluidoras, por AP.	39
Figura 9: Mapa dos estabelecimentos que exercem atividades de extração mineral no Rio de Janeiro.	40
Figura 10: Imagem aérea com delimitação das áreas ocupadas pelas Pedreiras na Serra da Misericórdia.	41
Figura 11: Foto de área lavrada na Serra da Misericórdia.	42
Figura 12: Imagem aérea com as áreas das favelas na Serra da Misericórdia.	43
Figura 13: Fotografia aérea da Serra da Misericórdia – vertente Engenho da Rainha.	48
Figura 14: Acúmulo de lixo e entulho nas imediações da área verde, em olaria	49
Figura 15: Fotografia do "lago azul do alemão"	51
Figura 16: Criança coletando água da nascente na Serra da Misericórdia	51
Figura 17: Caminhada ecológica realizada pela ONG Verdejar com moradores locais na Serra.	53
Figura 18: Viveiro de mudas do CEM.	55
Figura 19: Área Manejada pelo Projeto "mutirão de reflorestamento" na Serra da Misericórdia	56
Figura 20: Acúmulo de lixo e esgoto a céu aberto no Complexo do Alemão	59
Figura 21: Cartograma das UTRs previstas, segundo o seu estágio de implantação	60
Figura 22: Áreas do Parque Urbano e da APARU da Serra da Misericórdia	69
Figura 23: "Ecolimites" instalados na Serra da Misericórdia pela prefeitura	71
Figura 24: Imagem aérea com as áreas previstas para as intervenções do PAC no Complexo do Alemão e no Parque da Serra da Misericórdia	72

Lista de Quadros

Quadro	**Pág.**
Quadro 1: Regiões Administrativas e Bairros da Serra da Misericórdia.	7
Quadro 2: Ano de surgimento das principais favelas na Serra da Misericórdia.	29
Quadro 3: Densidades demográficas brutas (1920), por freguesias.	30
Quadro 4: Quantidade de passageiros transportados pelas estradas de ferro, em 1925.	30
Quadro 5: Área ocupada pelas principais favelas da Serra da Misericórdia.	43
Quadro 6: Variação da área das principais unidades de relevo e números absolutos e relativos da ocupação urbana entre 1984 – 2001.	44
Quadro 7: Classes de Uso do Solo e Cobertura Vegetal no interior da APARU da Serra da Misericórdia – 2001.	50
Quadro 8: "Frentes" de atuação do Programa mutirão de reflorestamento até 2004 na Serra da Misericórdia.	57

1 INTRODUÇÃO

As cidades são o *lócus* por excelência das relações territoriais e culturais materializadas no espaço, exprimindo, por assim dizer, sua dimensão sociológica. Desse modo, refletem as características fundamentais das sociedades que as constituíram, servindo de palco para as relações de poder e apropriação (SOUZA, 2005). Apesar da grande diversidade das formas urbanas existentes, algumas características lhes são comuns, pois, em geral, impõem modificações radicais ao meio natural. Isso faz com que sejam consideradas a própria negação da natureza (MARTINS, 2012).

O desenvolvimento urbano se faz através dos sistemas técnicos, que objetivam instrumentalizar o espaço a fim de adaptá-lo às exigências de reprodução do modelo hegemônico de sociedade. Deriva daí a expressão meio técnico-científico-informacional, que se refere à máxima artificialização do espaço, ou seja, a transformação do que era primitivo ou natural pela ciência e pela técnica, que permite, sobretudo, a reprodução do capital em escala global (SANTOS, 1996). Harvey (*apud* HENRIQUE, 2009) afirma que a cidade é a negação da natureza, pois nela tudo é produzido pelo homem, ou seja, a expansão do tecido urbano se faz com a destruição dos ecossistemas pré-existentes, gerando consequências que afetam diretamente a qualidade de vida de seus habitantes. Essa expansão se faz com um alto custo, haja vista o desequilíbrio nos fluxos de energia da relação produção-consumo, que rompe a delicada harmonia dos ciclos naturais. Isso confere às cidades uma grande capacidade de causar impactos ambientais, sejam eles difusos, como a poluição do ar e o efeito estufa, ou catastróficos, a exemplo das enchentes e deslizamentos de terra (SOUZA, 2005).

Nesse processo, as mesmas regiões que produzem expressivas quantidades de riquezas, podem produzir, também, a miséria das populações locais, pois os sistemas de produção predominantes são comandados por agentes econômicos extra locais, que operam muitas vezes na escala global (op. cit.).

Entendendo o desenvolvimento urbano e suas consequências socioambientais como um processo cuja evolução é fruto de tensões sociais que se inscrevem no espaço, é imperativo que se investigue a história da urbanização de uma determinada área para uma adequada compreensão de sua relação com os componentes tidos como naturais.

As cidades modernas também se revelam como a expressão espacial do modo de produção capitalista, onde o seu caráter excludente e concentrador de poder e recursos se revela com a máxima magnitude. Numa realidade da semi-periferia da economia global, como a brasileira, a evolução urbana foi comandada por interesses das elites econômicas nacionais e internacionais, e como o crescimento das cidades não foi acompanhado por uma distribuição equitativa dos investimentos em infraestrutura e oferta de serviços coletivos, gerou-se grandes disparidades socioespaciais nas metrópoles brasileiras (COELHO, 2001).

Talvez a principal manifestação da estratificação social urbana seja o fenômeno da segregação residencial, definida como a apropriação das diferentes áreas da cidade pelas classes sociais. Nesse processo, as de maior poder aquisitivo residem em áreas mai bem servidas por infraestruturas e serviços coletivos essenciais - o que lhes proporciona uma melhor qualidade de vida - enquanto aos pobres são destinados os bairros mais distantes e precários, identificados como subúrbios (CORRÊA, 1991).

Entre as características que diferenciam áreas ocupadas pelas distintas classes sociais está a densidade demográfica. Enquanto as classes abastadas dispõem de grandes áreas para uma quantidade muito menor de pessoas, os pobres se aglomeram em menores espaços (COELHO, 2001).

A qualidade ambiental das áreas ocupadas pelas camadas empobrecidas também é comprometida pelo fato de que boa parte da ocupação do solo nos subúrbios se deu sobre áreas naturais frágeis, sem nenhum processo de ordenamento, o que levou a uma significativa redução de disponibilidade dessas áreas para a população.

Ao menos desde o século XIX existe a preocupação de se criar ou manter parques públicos arborizados, para valorizar os imóveis e amenizar a poluição atmosférica, sendo um dos principais exemplos os das cidades-jardim, na Inglaterra. Apesar disso, os bairros operários sempre foram desprovidos dos mesmos (HENRIQUE, 2009).

Os espaços livres, cobertos por algum tipo de vegetação nas cidades, são caracterizados como Áreas Verdes, e cumprem um papel importante na vida dos citadinos, sendo considerado um indicador da qualidade ambiental urbana. Suas funções podem ser sintetizadas segundo os critérios social, ecológico, estético e econômico.

Objetivamente, incluem desde a promoção do lazer e da educação ambiental, a amenização do microclima, a regulação do regime hídrico, o aumento da superfície permeável para águas pluviais e fluviais (reduzindo enchentes), o refúgio para espécies animais e vegetais, a contenção de processos erosivos, a oferta de água de nascentes, a amenização da poluição atmosférica e sonora, a disponibilidade de áreas para a produção agrícola e extrativista, ecoturismo, entre outros (JESUS E BRAGA, 2005).

Nas cidades, os sítios com topografia íngreme são definidos como áreas de risco, sendo consideradas inapropriadas para a instalação de assentamentos residenciais. Este fator limita, em tese, a expansão da área construída. Devido a isso, em geral é aí que se concentram parcelas expressivas da vegetação urbana, composta por diferentes fisionomias, estruturas e funções. Incluem desde campos gramíneo-herbáceos, até florestas em diferentes estágios regenerativos, parques, praças e jardins, Unidades de Conservação da Natureza (UCs), além das áreas agrícolas.

Entretanto, a presença dessas não se deve apenas à variável topográfica, pois a ocupação do território se dá, sobretudo, em virtude de condicionantes socioeconômicas. Na história da cidade do Rio de Janeiro, inicialmente foram as classes abastadas que buscaram se instalar nas encostas, atraídas pela "salubridade" associado ao ambiente arejado que se encontrava nelas. Posteriormente, no final do século XIX, são os pobres urbanos que adotam como estratégia de sobrevivência a ocupação desses sítios, justamente por terem sido praticamente os únicos que restaram próximo aos locais que ofereciam oportunidades de trabalho (CORRÊA, 1991; COMPANS, 2007; ABREU, 2008).

Nas décadas recentes, a instalação de residências de luxo próximas às áreas florestadas é um mecanismo da chamada "auto-segregação", ou seja, a busca por locais restritos, acessíveis apenas ao grupo social que ali reside, em geral com carro particular. Além do isolamento, busca-se também uma proximidade com a natureza e os benefícios por ela proporcionados.

Configurou-se assim uma dicotomia, já que, se para as classes abastadas, residentes principalmente na chamada "zona sul" da cidade, a presença de encostas florestadas se constitui como amenidade, para os mais pobres a situação se inverte, sendo esta interação marcada pelo iminente risco de desastres "naturais", como

deslizamentos e enchentes, ou pela remoção, em virtude de seu caráter muitas vezes irregular (SOUZA, 2005).

O fato de as populações de baixa renda residirem em encostas íngremes é fruto do histórico modelo de desenvolvimento urbano segregador que se procedeu no Rio de Janeiro, que é motivo de questionamento por parte de movimentos sociais na luta pelo Direito à Cidade e pela Justiça Ambiental. Ao relacionarem a pobreza com o meio ambiente, esses movimentos denunciam os problemas decorrentes da exclusão dos pobres do mercado imobiliário formal, o que os submete aos riscos de perdas materiais e humanas por se instalarem precariamente nas áreas ambientalmente frágeis, à margem da lei e do acesso a direitos constitucionais básicos (SOUZA, 2005; RODRIGUES, 2005 e 2009).

Portanto, como coloca Martins (2012), o debate sobre o meio ambiente nas cidades não pode negligenciar outras questões correlatas, tais como o modelo de desenvolvimento e, mais especificamente, a questão habitacional. Para a cidade do Rio de Janeiro, estima-se um déficit habitacional da ordem de 300 mil residências (PLANO ESTRATÉGICO RIO 2016). Não por acaso, aproximadamente 50% das moradias nessa metrópole se encontram em situação informal (COMPANS, 2007).

Além das dificuldades impostas pela dinâmica geomorfológica, há também os dispositivos legais, que restringem o uso e a ocupação de áreas naturais e que oferecem risco. Nesse sentido, boa parte das áreas verdes, sobretudo nos maciços com cobertura florestal, foram convertidas em UCs. Estas, por sua vez, têm por fim isolar os habitantes do entorno, considerados, a princípio, uma ameaça à integridade dos ecossistemas (LOUREIRO et al, 2008).

As UCs em geral têm como objetivo exclusivo proteger o meio natural, através da repressão a práticas consideradas danosas ao ambiente físico. Porém, essa restrição, ao limitar a expansão urbana “formal”, acaba por contribuir com a “informal”, já que mantém áreas desocupadas próximas aos centros dinâmicos em termos econômicos. Isso decorre da insuficiência da fiscalização e da reduzida oferta de moradia popular (COMPANS, 2007).

Entretanto, na prática, o arcabouço legal para proteção ambiental tem sido aplicado de modo diverso, incidindo mais intensamente sobre os pobres. Muitas vezes, a

verdadeira intenção - velada - é o controle da reprodução sócio-espacial dessa parcela da população e à manutenção ou promoção da segregação sócio-espacial (COMPANS, 2007).

A partir da percepção da ineficácia dessa restrição absoluta, o SNUC[1] (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), incluiu, entre seus objetivos e diretrizes, a promoção da participação social na gestão das unidades, através de conselhos e da articulação com as políticas e dinâmicas de desenvolvimento social e econômico (LOUREIRO et al, 2008). Entretanto, indaga-se: como esperar "participação" e "co-responsabilização" de membros das camadas menos favorecidas da sociedade, que são *à priori* alvo de ações e políticas coercitivas dos órgãos governamentais? Como esperar que cidadãos que lutam diariamente pela sobrevivência em meio ao controle territorial por parte de organizações criminosas, atividades nocivas de empresas, sem acesso à moradia digna, serviços de saúde, educação, oferta de emprego e renda adequados se preocupe em participar de reuniões que, não raro, são verdadeiras palestras, em linguagem técnica e horários inadequados? Muitas audiências e reuniões de conselhos que deveriam ser deliberativas acontecem com as decisões já tomadas pelos técnicos e gestores dos governos[2]. De praxe, a participação da população é requerida apenas para cumprir burocracias[3], não tendo efetivamente poder decisório (BRANGSCH, 2004).

IBASE (2005) elenca que a inclusão social deve envolver destacadamente aspectos como: geração de empregos, acesso à informação e mecanismos efetivos de participação nos processos decisórios, de modo que a gestão de áreas protegidas vá além do caráter meramente repressor, como tem sido em sua curta história.

Outra forma de se gerir as áreas verdes das cidades é através da implementação de Parques Urbanos, que não são UCs, mas desempenham relevantes funções ambientais. Henrique (2009), ao analisá-los, reconhece que há uma "natureza" que é socialmente produzida na cidade, que serve ao capital imobiliário, na medida em que valoriza os empreendimentos do seu entorno. O mesmo autor comenta que, além disso, o acesso e a distribuição espacial são desiguais, estando comumente associados à presença de segmentos sociais abastados.

[1] Lei federal 9.985/2000, que regulamenta as Unidades de Conservação da Natureza no país.
[2] Um exemplo disso foi observado durante o evento "consulta pública para a criação do Parque Estadual do Mendanha", realizado pelo INEA em duas reuniões, uma das quais com a nossa participação, no dia 06/03/2013, em Nova Iguaçu/RJ.
[3] Por exemplo com o preenchimento de listas de presença e a realização de fotografias.

Em oposição a isso, o autor, citando Harvey, defende uma apropriação da natureza dentro de um projeto de "emancipação coletiva" ao invés da "exploração" (pelo mercado) ou "satisfação pessoal". Remete-se então a importância dessas áreas para além do seu valor estético, incitando-nos a refletir sobre sua função social. Nesse sentido, defende-se a possibilidade de estas assumirem um importante papel na luta por uma sociedade mais justa e ecológica, por exemplo, a partir da geração de oportunidades de ocupação econômica articulada com o equilíbrio ambiental dos espaços destinados às camadas de baixa renda da população.

A cidade do Rio de Janeiro possui cerca 6,3 milhões de habitantes (IBGE, 2010), concentrando mais da metade da população da região metropolitana do estado, da qual é núcleo. É marcada pela presença de três grandes maciços rochosos costeiros[4]: Tijuca, Pedra Branca e Mendanha. Neles se encontram as maiores parcelas de áreas vegetadas do município, mas como eles estão distribuídos de modo desigual pelo território, encravados nas "zonas" oeste e sul, acabam por influenciar na diferença de disponibilidade de áreas verdes entre os espaços ocupados pelas diferentes classes sociais.

Na porção suburbana da chamada "zona norte" dessa cidade, se desenvolveu a mais antiga área da metrópole exclusivamente destinada à população de baixa renda. Não por acaso, ela é marcada pela escassez de áreas livres e vegetadas, além de diversos problemas sociais. Estes aspectos estão intimamente relacionados, pois ambos são consequências da instalação do modelo de sociedade urbano-industrial, que se consolidou em meados do século XX em toda a área metropolitana do Rio de Janeiro e no país como um todo.

Diante disso, este trabalho se propõe a analisar a região sob influência do maciço da Serra da Misericórdia, o quarto maior em extensão da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma importante unidade de relevo que é muito pouco mencionada na literatura científica, na mídia, bem como nas políticas públicas.

[4] Um maciço rochoso é um conjunto de montanhas que circundam um ponto culminante. Encontramos essa definição em Prado (2012). O mesmo autor lembra que o Parque Estadual da Pedra branca abriga a maior reserva florestal localizada em área urbana do mundo, com 12.500 hectares de extensão.

1.1 Apresentação da área de estudo

A Serra da Misericórdia divide os antigos subúrbios servidos pelas estradas de ferro dos ramais Central do Brasil e Leopoldina. De natureza predominantemente granítica, se estende por aproximadamente 35 km², ao longo de 27 bairros, inseridos em seis regiões administrativas da AP3 (Área Planejamento três) - zona norte, segundo a regionalização da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ).

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	BAIRROS
RAMOS	Bonsucesso
	Ramos
	Olaria
PENHA	Penha
	Penha Circular
COMPLEXO DO ALEMÃO	Complexo do Alemão
MÉIER	Piedade
	Encantado
	Abolição
	Pilares
INHAÚMA	Inhaúma
	Engenho da Rainha
	Tomás Coelho
	Higienópolis
IRAJÁ	Vila Kosmos
	Vicente de Carvalho
	Vila da Penha
	Colégio
	Irajá
MADUREIRA	Quintino Bocaiúva
	Cavalcanti
	Engenheiro Leal
	Cascadura
	Madureira
	Vaz Lobo
	Turiaçu
	Rocha Miranda

Quadro 1: Regiões Administrativas e Bairros da Serra da Misericórdia.

A AP3 corresponde à totalidade da parte suburbana da zona norte da cidade. Nela se incluem, no total, 80 bairros, agrupados em 13 regiões administrativas, que ocupam 16,6% do território municipal e abrigam 40,2% do total de sua população (PCRJ, 2012).

Uma das consequências do papel que lhe coube na história da metrópole é o fato de a AP3 possuir a maior densidade demográfica do município, abrigando também a maior parcela de população residente em favelas, 49,9% (PCRJ, 2012). Boa parte desta

instalada nas encostas do maciço em questão, como os Complexos da Penha, Alemão, Sapê e Juramento.



Figura 1: Imagem aérea do Rio de Janeiro com destaque para os maciços montanhosos. Fonte: Google Earth.

Segundo o Instituto Pereira Passos (IPP, 2012), a cidade do Rio de Janeiro possui um índice de cobertura vegetal *per capita de* 55 m²/hab, enquanto na AP3 este se reduz para apenas 3,5 m²/hab. O mínimo recomendado pela ONU (Organização das Nações Unidas), através dos seus diferentes programas, detectado por Bruck et al (*apud* JESUS E BRAGA, 2005) é de 8m²/hab.

Em relação à região hidrográfica, o maciço é divisor de quatro sub-Bacias da Baía de Guanabara: dos rios Pavuna e Acari; do rio Irajá; do Canal do Cunha; e do rio Ramos. Como decorrência principalmente da falta de saneamento ambiental, estes rios estão em estágio avançado de contaminação e assoreamento (SANTOS *apud* CARVALHO, 2011). O esgoto, o óleo e o lixo são os principais poluentes da Baía de Guanabara, sendo na desembocadura do Canal da Maré (sub-bacia do rio Ramos) encontrados os maiores valores quanto ao assoreamento dessa Baía (AMADOR, 1997).

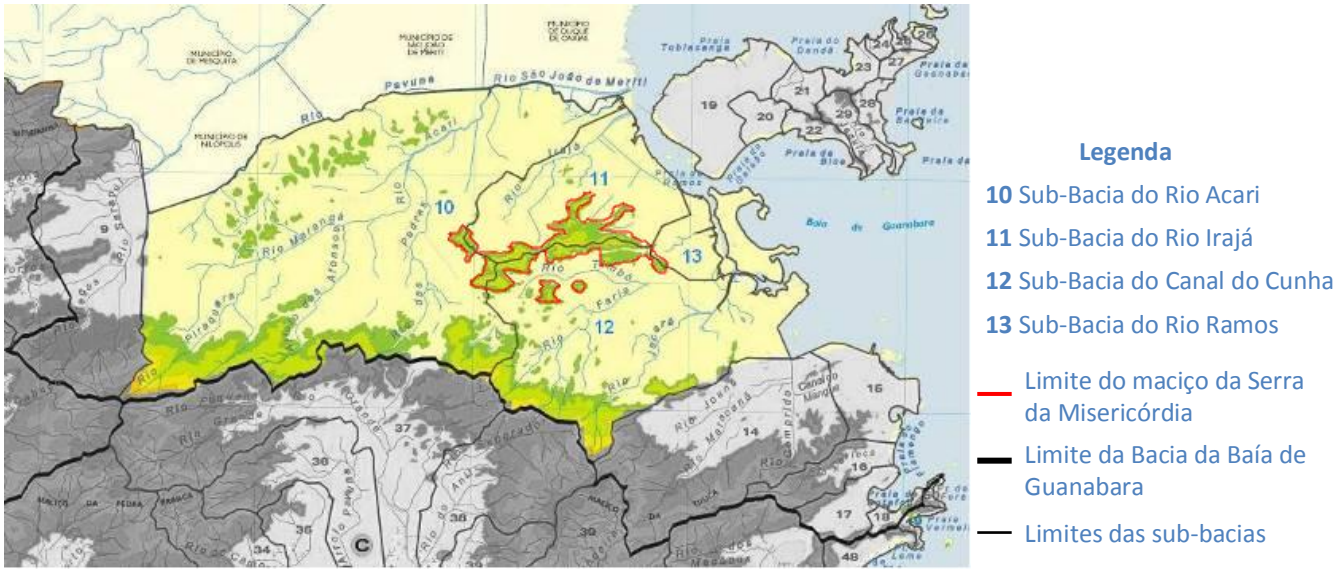


Figura 2: Sub-bacias hidrográficas da Serra da Misericórdia. Adaptado de Carvalho (2011).

Em relação à poluição atmosférica, Carvalho (2011) apresenta dados da antiga FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente), relativos à Bacia Aérea 3, que é a mais poluída da RMRJ (Região Metropolitana do Rio de Janeiro), onde está inserida a Serra da Misericórdia. Já em PCRJ (2005) há uma divisão por bacias aéreas na escala municipal. Segundo este documento, a AP3 está na Bacia Aérea 3, na qual existem 2 estações de monitoramento bem próximas à Serra da Misericórdia, em Bonsucesso e Inhaúma, ambas sob responsabilidade do INEA (Instituto Estadual do Ambiente). Segundo o relatório de poluição do ar realizado para o ano de 2009, a estação de Bonsucesso apresentou uma concentração média anual de Partículas Inaláveis acima do recomendado pela resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) 03/90, que regulamenta este índice, sendo o quarto da RMRJ e o maior da capital (INEA, 2009:67, 69). A curiosidade reside no fato de que a estação de Inhaúma não é listada, sugerindo que tenha sido desativada.

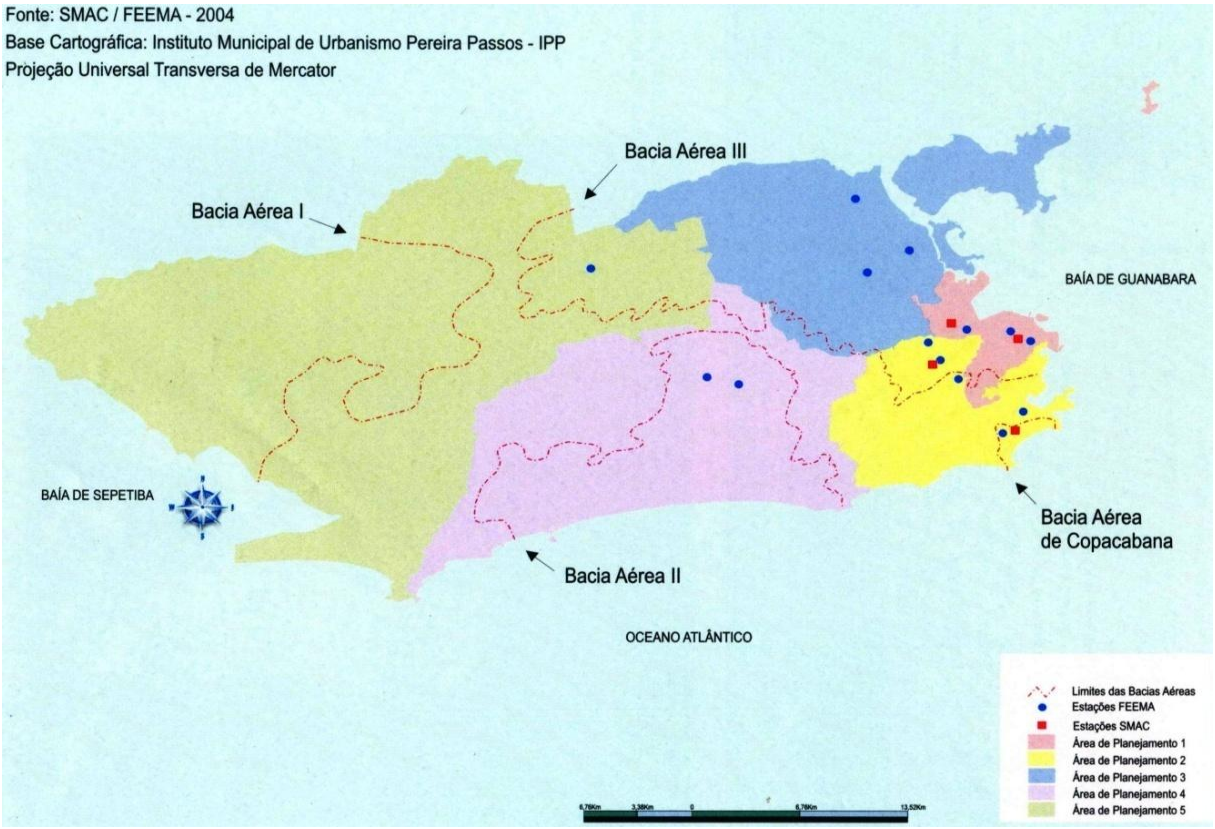


Figura 3: Mapa das bacias aéreas da cidade do Rio de Janeiro. Retirado de PCRJ, 2005.

A partir das informações levantadas, verifica-se ao menos três possíveis escalas para a análise da área: considerando a região hidrográfica - Bacia da Baía de Guanabara ou sub-bacia do Canal do Cunha, comum em estudos ambientais -; a AP3 - principalmente dados oficiais e estudos de órgãos da PCRJ -; ou, ainda, considerando os subúrbios formados a partir das Estradas de Ferro - como focam os estudos históricos -, como o da Leopoldina e Central do Brasil.

Entretanto, são raros os trabalhos cujo recorte espacial englobe todo o maciço da Serra da Misericórdia. Apenas em Simas (2007) e Carvalho (2011) isso ocorreu. O primeiro foca sua análise na trajetória da ONG (Organização Não-Governamental) Verdejar Socioambiental, principal entidade ambientalista local, e o segundo sobre os desafios para se efetivar as determinações das UCs decretadas na região.

Os limites do maciço foram definidos na década de 90 pelo movimento socioambiental local, denominado "Grupão da Serra da Misericórdia" [5]. Este grupo e

[5] O "Grupão" da Serra da Misericórdia era formado pelos grupos: Verdejar; Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA); Conselho Municipal (CONSU), ONG Os Verdes;

sua proposta incidiram diretamente na criação da primeira e mais abrangente UC na área, a APARU (Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana) da Serra da Misericórdia (Decreto 19.144/2000). Nas palavras de Diogo Mauro, ex-membro do Verdejar, entrevistado por Simas (2007:17):

> "[...] *foi no I Seminário da Serra da Misericórdia, realizado em 1999 pelas organizações já citadas que viriam a formar o FASM* (Fórum Ambiental da Serra da Misericórdia), *que se "definiu" o que era a Serra, quais eram a sua extensão, seus pontos culminantes, sua história e a sua importância econômica e social. Ou seja, foi neste seminário que se construiu uma certa 'imagem' da Serra da Misericórdia. Não qualquer imagem, mas aquela que estaria presente no discurso do movimento ambientalista misericordiano".* (Parênteses nosso)

Dessa forma, se denominará região da Serra da Misericórdia o território da APARU, ou seja, os limites que definem a área de interesse para a proteção ambiental, por ser o único recorte que considera o maciço em sua totalidade, abrangendo toda área verde e trechos dos bairros contíguos a ela.



Figura 4: Imagem aérea com os bairros da Serra da Misericórdia. Fonte: IPP, 2007, elaborado pelo autor na interface arcgis *online*.

ONG Bicuda Ecológica; Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina (CEPEL/Fiocruz); Centro de Saúde da Mulher da Penha (CRESAN) e alguns presidentes de Associações e moradores dos Complexos do Alemão e da Penha (SIMAS, 2007).

Para que a região apresente as atuais características socioambientais, foi determinante o processo de ocupação do território, pois, desde o início do século XX, ela se consolida como subúrbio industrial. O estímulo do poder público através de atos legislativos definindo este uso, a proximidade com o centro e o fácil acesso proporcionado pelo transporte ferroviário, fizeram com que rapidamente esta se tornasse a área mais populosa da cidade, com perfil operário (ABREU, 2008). No período colonial, suas terras foram exauridas pelo uso agrícola predatório, durante os ciclos de monocultivos para exportação ou na produção de gêneros alimentícios para o mercado interno (SANTOS, 1987).

Nesse contexto, este trabalho de conclusão de curso tem como temática a relação entre o processo de ocupação da região da Serra da Misericórdia e suas características socioambientais, centrando a discussão sobre as áreas verdes remanescentes, a partir de uma leitura crítica da estruturação socioespacial da metrópole carioca.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar as conseqüências socioambientais do processo de ocupação da região do maciço da Serra da Misericórdia.

2.2 Objetivos Específicos:

- Levantar o histórico de ocupação da região no contexto da formação socioespacial da cidade do Rio de Janeiro;

- Traçar um panorama das principais ações e projetos em curso na região;

- Identificar o papel dos diferentes agentes na estruturação socioespacial e na dinâmica ambiental da área;

- Levantar a legislação pertinente ao uso e ocupação do solo e à proteção ambiental.

3 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Em primeiro lugar, faz-se necessário delimitar a orientação metodológica, conceitual e política do trabalho. Parte-se de uma crítica à abordagem identificada por Acselrad et al (2009) como "Modernização Ecológica", e por Souza (2005) como "Desenvolvimento Urbano Sustentável", por entendermos que ela endossa explicações e argumentos simplistas - quando não são falaciosos - sobre a "questão ambiental". Essas correntes se inserem na proposta neoliberal de superação dos problemas ambientais a partir de soluções exclusivamente técnicas e mercadológicas, que muitas vezes se restringem ao combate do desperdício de recursos.

Desse modo, tal visão nega o fato de que, em última análise, é o modelo civilizatório capitalista que provoca, ao mesmo tempo, a destruição ambiental e a crescente miséria de expressivas parcelas da população, em escala global. Para uma crítica radical a esse ponto de vista, nos apoiamos nas análises de autores e movimentos sociais consonantes com a perspectiva da Justiça Ambiental e do Direito à Cidade.

O atual paradigma que domina e é difundido pelos governos, mídia, escolas, entidades não governamentais e órgãos multilaterais, afirma que todos os habitantes do planeta são causadores e afetados igualmente pela crise ambiental que se verifica (ACSELRAD et al, 2009). Um exemplo comum desse equívoco é o frequente uso do termo "*ação antrópica*", sobretudo nas ciências naturais. O problema é que se considera a humanidade na sua condição puramente biológica, centrando-se a discussão na relação sociedade e natureza. Com isso, é negada a característica extremamente heterônoma e desigual da sociedade, que determina assimétricas possibilidades de agir e decidir sobre o modo de produção e, consequentemente, causar, sofrer e até mesmo se beneficiar com os chamados impactos ambientais (SOUZA, 2005). Essa desigualdade se estabelece em virtude de os custos socioambientais da produção serem transferidos à toda sociedade, enquanto os lucros são apropriados por grupos específicos (KAPP *apud* ASELSRAD, 2012).

Segundo esse "senso comum", que se impôs a partir dos agentes econômicos hegemônicos, como o FMI e o Banco Mundial, os recursos naturais são escassos e homogêneos. Esse argumento reforça a prioridade dada à racionalização do uso dos recursos naturais como forma de se evitar as conseqüências negativas ao meio ambiente. Diante disso, a questão ecológica seria solucionada por adaptações de ordem técnica, e a

livre concorrência de mercado promoveria o bem-estar da sociedade e o equilíbrio ambiental, através do desenvolvimento de tecnologias "limpas". Elaborou-se assim um receituário para a problemática ambiental global, excluindo a sua fundamental dimensão sociológica, evitando uma discussão mais profunda sobre a apropriação desigual dos recursos disponíveis (ACSELRAD et al, 2009).

Autores como Souza (2005), Rodrigues (1993 e 2009) e Acselrad (2009) expõem argumentos que são incorporados ao discurso dos movimentos sociais articulados no Fórum Nacional pela Reforma Urbana e na Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Estes movimentos criticam o "desenvolvimento (urbano) sustentável", enquanto linha de pensamento nitidamente "mercadófila", que pulveriza as responsabilidades para os cidadãos comuns e seus hábitos, como se lhes coubesse a escolha sobre o modo de produção. Da mesma forma, as soluções propostas por esses órgãos visam "ajustar" o sistema econômico - por exemplo, através de soluções com paliativas, como a educação ambiental e a coleta seletiva - negando que o problema está na lógica de produção capitalista, ou seja, em sua essência (SOUZA, 2005; RODRIGUES, 2009; ACSELRAD et al, 2009).

Em última análise, são as classes ricas que mais se beneficiam dos impactos ambientais, pois possuem maior acesso aos lucros e benefícios na forma de produtos e serviços produzidos pelos empreendimentos causadores. Constituem também o grupo social que menos sofre com eles, por possuir meios para se proteger ou mesmo migrar para locais menos suscetíveis às perturbações (COELHO, 2001; SOUZA, 2005; RODRIGUES, 2009). Enquanto isso, os pobres sofrem (sozinhos) as consequências dos distúrbios empreendidos ao meio natural, sejam eles provenientes de empreendimentos econômicos - por exemplo, mineradoras - ou pela insalubridade e riscos associados à precariedade da infraestrutura e dos serviços que lhe são ofertados (ACSELRAD et al, 2009).

Diante disso, a discussão sobre o ambiente não deve se restringir às dinâmicas e processos naturais, mas, sobretudo, articular estes com os processos sociais (MARTINS, 2012). A partir dessa proposição é que os chamados "impactos ambientais" devem ser apreendidos como alterações no ambiente natural e construído, que afetam diretamente a qualidade de vida da população. Pode-se diferenciá-los entre "difusos", como o agravamento do efeito estufa, e os ligados à pobreza e à segregação,

que se manifestam mais decisivamente sobre os pobres urbanos, como deslizamentos, enchentes e doenças (SOUZA, 2005).

Resche (1993) afirma que o principal problema ambiental global é o déficit habitacional, seguido pelo de saneamento. Enquanto o primeiro induz à ocupação de áreas ambientalmente frágeis, o segundo ocasiona a poluição de ecossistemas inteiros, atrelada à insalubridade dos bairros populares. O mesmo autor defende que, considerando o meio ambiente no tocante à qualidade de vida e justiça social é que se deve legitimar as favelas ao invés de removê-las. A partir desse pensamento, o Estatuto da Cidade determina que a propriedade deva cumprir uma função social, e, amparadas nele, ganham espaço nas últimas décadas as políticas de urbanização de favelas (COMPANS, 2007).

Faz-se necessário, portanto, associar a questão ambiental à justiça social, à diversidade cultural, à integridade ecológica e à participação nas decisões e na gestão urbana, colocando a dimensão social no centro das discussões, pois, os conflitos são eminentemente sociais (e não puramente ambientais), ou seja, entre pessoas, ou grupos sociais (RODRIGUES, 2009). Esta concepção ganha força em Brangsch (2004), que identifica o problema do isolamento entre os objetivos parciais de desenvolvimento "sustentável", "ecológico" e "social", sobretudo nas políticas públicas.

Ao omitir a divisão da sociedade em classes, transforma-se em culpados as vítimas dos impactos ambientais (COELHO, 2001), notadamente os residentes em favelas. E como essa é a "visão oficial", tal interpretação é incorporada às leis, criminaliza-se a pobreza. Assim, frequentemente se utiliza o argumento de proteção à natureza para justificar remoções de comunidades pobres, sobretudo nas áreas centrais, acusando-as de depredação do ambiente natural. Por exemplo, IBASE (2005) e a própria Prefeitura do Rio de Janeiro (PLANO ESTRATÉGIO RIO 2016), ao comentarem sobre as causas do desmatamento no Rio de Janeiro, apontam como causa principal as ações empreendidas pelas comunidades de baixa renda. Entretanto, sabe-se que as classes média e alta também ocupam áreas de encosta florestada na cidade, com as mesmas práticas nocivas[6]. Neste caso, não só a "visão", mas a atuação dos órgãos fiscalizadores é diversa, pois, como expôs Compans (2007), em muitos casos o objetivo

[6] Desmatamento, impermeabilização do solo, e, em alguns casos, lançando lixo e esgoto em corpos hídricos e áreas de mata.

real é promover a elitização do espaço, por exemplo, através da liberação de sítios para a construção ou a valorização de condomínios exclusivos para as classes média e alta.

O fato de as favelas ocuparem áreas frágeis em termos ambientais se deve ao fato de estas serem as únicas que restaram próximas aos locais de trabalho, e que não interessavam ao mercado imobiliário pelas restrições que oferecem à construção. Nesse sentido, elas podem ser consideradas como uma estratégia de resistência e sobrevivência dos pobres urbanos para o enfrentamento da falta de moradia e da acessibilidade ao local de trabalho. Em boa parte dos casos, trata-se de uma população que foi expulsa de áreas submetidas a operações de renovação urbana (CORRÊA, 1991). Segundo Silva (2005), a maioria delas se instalou de forma legal, com autorização dos proprietários, que alugavam ou cediam terrenos por interesses políticos, e só com o passar do tempo se tornariam irregulares "ante o poder público".

Sobre sua relação com o meio ambiente, Souza (2005) reconhece que não há como negar que as favelas potencializam alguns impactos ambientais, como a remoção da vegetação e o bloqueio da drenagem. Mesmo assim, para o autor, a responsabilidade dos moradores é meramente imediata, pois, em última análise, são as lógicas do modelo capitalista que induzem essa forma de ocupação. Elencamos algumas manifestações dessa lógica: insuficiência da oferta de habitação popular e o alto custo das residências nas áreas centrais, onde se concentram as oportunidades de trabalho; alto custo e precariedade do sistema de transporte público; reduzida oferta de empregos nos bairros periféricos - onde há moradias com custos menores - além da precariedade da infraestrutura e ausência de serviços essenciais nos mesmos.

Portanto, nunca será suficiente "informar" os moradores sobre os riscos, pois não cabe a eles a decisão sobre seus destinos, incluindo aí o seu local de moradia (SOUZA, 2005). Um exemplo disso, que tem se exibido de forma recorrente na mídia, é a instalação de sirenes em favelas e o trabalho da defesa civil em se retirar pessoas de casas sob o risco de desastres. Diante disso, deve-se questionar: ao sair dali para onde vão essas pessoas, se não há oferta de moradias suficientes, adequadas e economicamente acessíveis?

3.1 Agricultura Urbana

Prado (2012) afirma que a agricultura urbana nas grandes cidades é praticada geralmente por migrantes, que trazem consigo a experiência da vida no campo, ou então nas áreas de expansão do tecido urbano sobre as rurais, ou seja, na franja urbana (ou áreas periurbanas).

Um aspecto importante da agricultura urbana é a multifuncionalidade, ou seja, a capacidade de exercer múltiplas funções. A sua importância vai além da questão econômica, já que além de colaborar com a geração de renda, promove também a formação de novos valores, sociabilidades e, sobretudo, articulações políticas que se somam na luta pelo reconhecimento desta atividade. Pode-se incluí-la no bojo do direito à cidade[7], pelo direito de ser agricultor - manter esse modo de vida tradicional - na cidade. Além disso, também está ligada à discussão da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável[8] (PRADO, 2012).

No Rio de Janeiro, as áreas agrícolas se concentram nas chamadas "Zonas" Norte e, em maior proporção, na zona Oeste, abrangendo, segundo o mesmo autor, 37,5km² de área cultivada.

Arruda (2011) comenta que em cidades menores a prática agricultura urbana é mais comum, devido à maior proximidade com as áreas de lavoura, enquanto nas grandes cidades há uma maior perda dos hábitos e saberes relativos ao manejo da terra e dos cultivares. Mesmo assim, como muito migrantes só conheciam o trabalho agrícola em seus locais de origem e não há oferta de empregos para todos nas cidades, a agricultura urbana contribui com a segurança alimentar de muitas famílias pobres.

Essa agricultura, sobretudo quando praticada em bases ecológicas, está diretamente associada à manutenção de espaços vegetados nas cidades, já que a vegetação urbana pode é, em alguns municípios, composta por espécies produtivas. Aquino e Monteiro (2006) exemplificam vários casos de políticas públicas municipais e ações de ONGs que estimulam a implantação de hortas comunitárias, arborização

[7] Além de direito à moradia, infraestrutura e serviços essenciais à uma vida digna, o direito à cidade envolve necessariamente também o direito de participação da população nos processo de tomada de decisões.

[8] Apesar de balizarmos nossa análise em diversas críticas ao "desenvolvimento sustentável" tal como proposto por agência multilaterais, governos, mídia e outros setores conservadores, acreditamos que este conceito está em constante disputa, e, portanto, mantivemos o uso do termo assim como na obra citada.

urbana com espécies frutíferas, promovendo a geração de renda e a segurança alimentar, além da reciclagem de resíduos orgânicos.

A maior proximidade com o mercado consumidor também se configura como uma importante vantagem, pois, ao eliminar distâncias, reduzem-se o consumo e a emissão de combustíveis fósseis, os custos para os produtores, e as perdas de produtos perecíveis, problemas inerentes à cadeia comercial convencional (op. cit.). A importância da manutenção de cinturões agrícolas no entorno das cidades é reconhecida por urbanistas ligados à discussão sobre sustentabilidade urbana.

Existe uma série de outras questões relacionadas à prática da agricultura nas cidades, o que não é o objetivo deste trabalho. Apenas para citar exemplos: A promoção da educação ambiental, a valorização do saber local, o estabelecimento de relações mais solidárias, com prática do trabalho em equipe e o intercâmbio de experiências, a reciclagem de materiais como recipientes para o plantio, a melhoria estética e a recuperação de espaços urbanos degradados, a manutenção de áreas permeáveis, entre outras.

Vale ressaltar que boa parte desses aspectos podem ser observados na rotina das instituições atuantes na Serra da Misericórdia, e em sua militância em redes, fóruns e eventos com públicos diversos.

3.2 Etapas do Trabalho

Inicialmente examinou-se uma série de dados e publicações oficiais, além da bibliografia, que trouxessem à tona a relação (ou relações) possíveis entre o uso e ocupação do solo e as características ambientais, valorizando a função econômica da região no processo de urbanização do Rio de Janeiro. Os dados oficiais foram extraídos, em sua maioria, do site Armazém de Dados, do Instituto Pereira Passos (IPP), órgão municipal que possui talvez o maior e mais confiável acervo de informações sobre a cidade, largamente utilizados, pelas mais diferentes abordagens.

Verificou-se que há uma escassez de dados e informações oficiais e científicas que tratem o maciço da Serra da Misericórdia enquanto Unidade de Conservação (UC) e área verde, com características ecológicas e sociais específicas, o que a posiciona como

importante laboratório de investigação e *locus* para a execução de políticas de desenvolvimento urbano e ambiental. Esta perspectiva é pautada tão somente pelas instituições socioambientais atuantes no local, que se constituíram em fontes valiosas de informações utilizadas neste trabalho.

Os cerca de sete anos de militância na ONG Verdejar se mostraram fundamentais, pois possibilitaram uma indispensável vivência no local, em constante contato com os moradores, agentes públicos e membros da sociedade civil, além da observação *in loco* de algumas questões levantadas no trabalho. Nesse período, participamos de uma série de atividades de caráter educativo, cultural, científico e ecológico, visando pôr em prática formas de enfrentamento comunitário dos diversos problemas socioambientais locais, tais como mutirões agroecológicos para plantio e limpeza da área verde, caminhadas ecológicas, oficinas e exibições de vídeos, participação de reuniões e diversas atividades em redes de cooperação com movimentos sociais, entre outros.

Nesses e em outros momentos realizou-se conversas informais com membros de entidades e movimentos sociais, além de parceiros com reconhecida experiência na temática socioambiental, envolvendo desde a atuação dos diferentes agentes que interferem na realidade local, até expectativas e opiniões sobre projetos em curso na região.

Diante da impossibilidade de se ter uma total "neutralidade", buscou-se explicitar nosso posicionamento crítico, respaldando-o com os dados e a bibliografia consultados.

Um emblemático exemplo que reforça nossa crítica é o fato de vários documentos publicados pela prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo, PCRJ (2005), desconsiderarem a Serra da Misericórdia como uma UC. Tal negligência é por nós entendida como algo que respalda a percepção de que a área sofre historicamente com o descaso dos agentes governamentais, que pode ser caracterizado na expressão "racismo ambiental".

A opção por autores que desenvolvem críticas contundentes ao modelo capitalista de produção se fez necessária, pelo foco dado neste trabalho aos aspectos ambientais relacionados à desigualdade social. Além disso, há a intenção de contribuir

para o debate sobre esse tema, de modo a superar explicações evasivas sobre a degradação ambiental, como o "crescimento desordenado", cotidianamente reproduzidos nos meios de comunicação de massa e mesmo trabalhos acadêmicos vinculados às ciências naturais (AMADOR, 1997; SOUZA, 2005).

Além da atuação na ONG Verdejar, o trabalho de campo foi complementado com a participação em algumas reuniões junto ao poder público, através do CONSEMAC (Conselho Municipal de Meio Ambiente da cidade do Rio de Janeiro). Esses momentos foram ímpares pela possibilidade de diálogo e contato com as visões dos agentes públicos envolvidos com políticas e ações em curso na região.

Outras fontes indispensáveis foram páginas de redes sociais, sites de instituições locais e da mídia, que contribuíram para o levantamento de ações e fatos pertinentes, além dos discursos e boa parte do material fotográfico utilizado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Histórico da Ocupação

Para o período colonial, o recorte espacial possível foi o que levasse em conta as Freguesias Rurais, que eram baseadas na divisão eclesiástica feita na época. A atual AP3 do município do Rio de Janeiro foi, até fins do século XIX, parte das antigas freguesias rurais de Inhaúma e Irajá. Entre os séculos XVII e XIX, chegaram a ocupar o posto de maiores produtoras de cana-de-açúcar da cidade, cuja estrutura fundiária era dominada por grandes fazendas escravistas. Isso permaneceria até meados do século XIX.

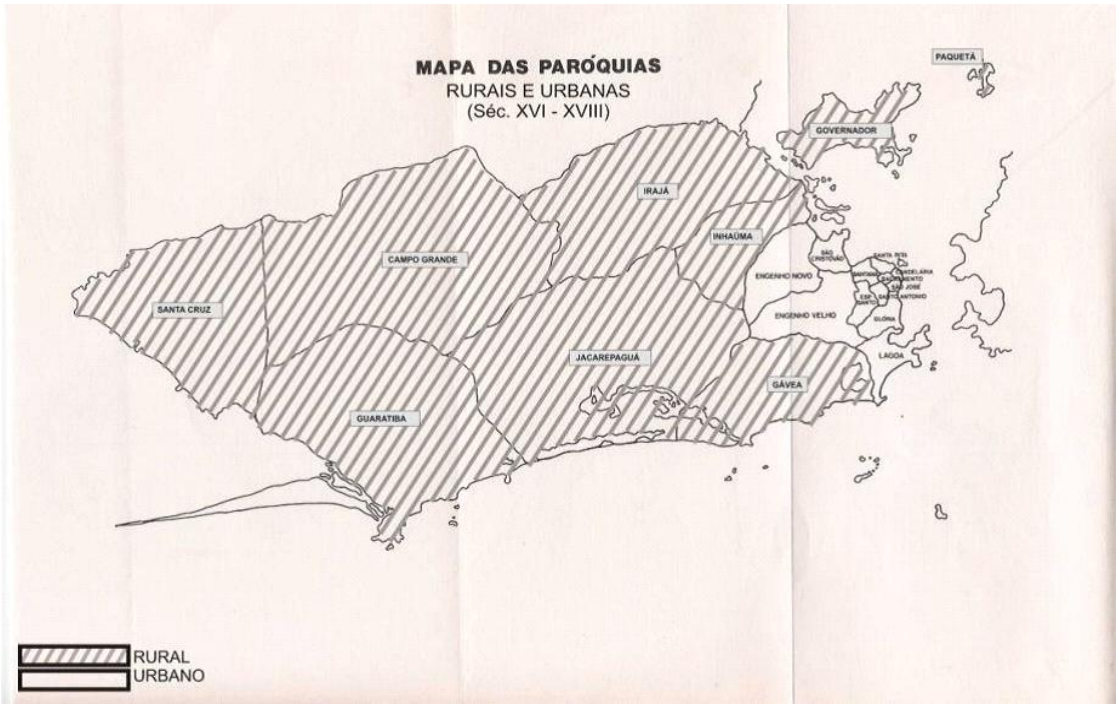


Figura 5: "Mapa" com as Freguesias Rurais do Rio de Janeiro no período colonial. Retirado de Mota, 2009.

Segundo Amador (1997), durante esse período, a cultura da cana-de-açúcar se alastrou pelos terrenos planos e colinosos da cidade, propícios à instalação de grandes monoculturas. A região da Serra da Misericórdia não foi exceção. Ao ciclo dessa cultura só teriam sobrevivido as matas das maiores elevações no interior do município e as mais afastadas, como as da Serra do Mar. A partir dessa constatação, deduz-se que a Serra da Misericórdia já teria perdido a maior parte de sua cobertura vegetal original - mata atlântica - ainda no século XVII.

Com a decadência da produção açucareira e posterior ascensão do ciclo do ouro, Inhaúma[9] e Irajá se tornaram rotas de acesso para o escoamento dessa produção rumo ao importante porto do Rio de Janeiro, condição que promoveria uma dinamização econômica ao longo das vias que utilizadas na época. No entanto, sua função agrícola permaneceria, com a produção de alimentos para o abastecimento das freguesias centrais e áreas de mineração comandando a economia local (SANTOS, 1987).

O esgotamento das jazidas de minérios e a crise do açúcar antilhano reativariam o sistema agroexportador no país durante a virada do século XVIII para o XIX. Há, então, uma retomada das lavouras de cana-de-açúcar concomitante à produção de gêneros alimentícios como feijão, arroz, farinha, milho e café para exportação e também para o crescente mercado interno da área urbana (LIMA, 2011). O transporte desses produtos era realizado pelos carros de boi, tropas de burro, além dos diversos rios navegáveis da Bacia da Baía de Guanabara, a partir de pequenos portos, como os de Inhaúma, Maria Angú, Brás de Pina e Pavuna (ABREU, 2008).

Na cidade do Rio de Janeiro, o café era plantado majoritariamente nas encostas dos morros e serras, com a mata que os ocupava sendo indiscriminadamente derrubada e usada como lenha e construções. Substituindo a floresta, o café se adaptou muito bem às condições de clima amenas encontradas principalmente no maciço da Tijuca. O desmatamento e o sistema de cultivo adotado - monocultura com solo exposto, na qual não havia a menor preocupação com a conservação do solo - levou ao rápido comprometimento dos mananciais que abasteciam a cidade no século XIX (op. cit.).

Ao que parece, essa cultura teve pouca expressão na Serra da Misericórdia, que manteve suas terras ocupadas principalmente pelos gêneros alimentícios, além da cana, que continuava com importância relativa nesse período (LIMA, 2011).

Apesar de rurais, como toda a periferia do distrito federal, com baixa densidade demográfica, Irajá e Inhaúma apresentavam, antes de 1870, intensa atividade econômica, em virtude da instalação de olarias, caieiras, pedreiras, curtumes, além de atividades terciárias. Com esses empreendimentos, a região passou a fornecer também materiais de construção, como pedras, cal, tijolos e manilhas de barro para obras como

[9] Em 1743, o então curato de Inhaúma é elevado à condição de freguesia, sendo desmembrado de Irajá (SANTOS, 1987).

dutos, aquedutos e chafarizes nas freguesias urbanas (ABREU, 2008; MARTINS, 2012).

Essa diversificação econômica é assim expressa por Lima (2011:18):

> "*A dita conjuntura ocasionou também uma modificação do perfil econômico na Freguesia de Inhaúma. Ocorreu o desenvolvimento de atividades comerciais paralelas à atividade agrícola, tais como a criação de fábricas, vendas, hospedarias na região, levando-nos a crer que as produções agrícolas para o abastecimento alimentar e as produções fabris formaram um novo perfil de proprietário ao longo do século: o "empresário", ou melhor, o "homem de negócios". Este proprietário é mais do que um fazendeiro e utiliza suas terras para atividades de lavoura e para atividades manufatureiras. Pode-se dizer, também, que há uma diversificação da produção, pois havia propriedades que possuíam fábricas, criavam gado e possuíam plantações diversas*".

Nesse momento, as relações sociais e econômicas com o centro se intensificam, e as freguesias em questão ganham importância, em parte, por serem mais próximas do centro urbano, que, em constante expansão, demandava crescentes quantidades de diversos produtos e matérias-primas.

Concomitantemente, tem início o processo de loteamento das antigas fazendas de cana em chácaras menores, com a sua consequente venda ou herança (LIMA, 2011). Os terrenos maiores e com menores preços, a acessibilidade ao centro[10] e até o seu caráter "bucólico" se constituem em atrativos para o adensamento populacional (CARVALHO, 2011; MIYASAKA, 2011).

Até o início do século XIX, residiam próximos senhores e escravos, trabalhadores livres pobres e membros das elites, como os ricos comerciantes ingleses e a aristocracia do café. Isso se dava em virtude da falta de meios de transporte e à necessidade de defesa do território (AMADOR, 1997). Bernardes (1992: 51), descreve o padrão de ocupação da seguinte forma:

> "(...) *a estrutura fundiária era heterogênea, com as casas operárias térreas grudadas umas às outras ao longo das ruas, intercaladas por quarteirões com verdadeiros palacetes e luxuosas mansões, além das primeiras grandes indústrias*".

[10] Devido à instalação da estrada de ferro Dom Pedro II, em 1858.

Só a partir de meados desse século é que se estabelece uma estratificação socioespacial no Rio de Janeiro (ABREU, 2008). E, nas palavras do autor (ibid.), isso "*só foi possível com a introdução do bonde de burro e do trem a vapor, que, a partir de 1870, constituíram-se nos grandes impulsionadores do crescimento físico da cidade*" (p. 36). Enquanto os "usos" e classes nobres se instalaram na zona sul (até Botafogo), São Cristóvão, Tijuca e Vila Isabel, servidos pelos bondes, os "usos sujos" e as camadas de baixa renda foram para os subúrbios, seguindo a instalação das novas estações das linhas férreas (ABREU, 2008).

O papel das estradas de ferro

Inicialmente projetadas para o transporte de cargas, há um consenso de que as estradas de ferro tiveram um papel fundamental na ocupação do território suburbano carioca. Seus registros, como fluxo de passageiros, número de viagens diárias e a criação de estações, evidenciam o crescimento populacional e a importância dessas áreas para a economia da cidade, no sentido de abrigar a força de trabalho.

Sobre isso afirma Lima Barreto:

> *"Na vida dos subúrbios, a estação da estrada de ferro representa um grande papel: é o centro, é o eixo dessa vida.* (...) *De resto, é em torno da 'estação' que se aglomeram as principais casas de comércio do respectivo subúrbio. Nas suas proximidades, abrem-se os armazéns de comestíveis mais sortidos, os armarinhos, as farmácias, os açougues e – é preciso não esquecer – a característica e inolvidável quitanda* (BARRETO *apud* MIYASAKA, 2011:36).

Em 1861, foi construída a estação de Cascadura (da estrada Dom Pedro II), uma das mais movimentadas da freguesia de Inhaúma, seguidas pelas de Quintino e Piedade, ambas de 1880. Três anos depois, era criada a estrada Rio d'Ouro, com menor força de indução da ocupação, pois se iniciava no Caju e não no centro (indo até a Baixada Fluminense). Mesmo assim, foi responsável pela instalação de importantes núcleos, como os de Inhaúma, Vicente de Carvalho e Irajá (ABREU, 2008).

Em 1886, surge a última linha que cruzava a região, a *Rio de Janeiro Northen Railway* (futura *Leopoldina Railway*, ou Leopoldina), cujo papel seria muito mais importante que a Rio d'Ouro. Interligava núcleos suburbanos das terras mais baixas

próximas à Baía de Guanabara - sujeitas à inundação - de São Francisco Xavier até Mirity (atual Duque de Caxias), passando por importantes (sub) centros como Bonsucesso (criada em 1886) e Penha (op. cit.)

A partir da década de 1890, foi ao longo dessas estações que as residências foram se instalando, pois seus habitantes dependiam delas para o translado diário até os locais de trabalho, ainda limitadas ao centro da cidade. Gradativamente, ruas secundárias perpendiculares eram abertas, por proprietários de terras ou companhias loteadoras, que emergiam no período como novos agentes econômicos modeladores do espaço, promovendo a expansão do tecido (sub) urbano (ABREU, 2008; MEDEIROS, 2011).

Noronha dos Santos descreve esse processo da seguinte forma:

> "*Quatro trens de subúrbios trafegavam diariamente, antes de 1897, na única linha que existia até Mirity, com desvios em Bonsucesso, Penha e na Parada de Lucas. O primeiro núcleo que prosperou foi Bonsucesso. Esta localidade e as de Ramos, Olaria e Penha, em pouco tempo – entre os anos de 1898 e 1902 – tiveram os seus terrenos divididos em lotes, organizando-se simultaneamente empresas para construção de prédios. Ramos transformou-se em empório comercial e num dos centros de maior actividade na zona da Leopoldina Railway*". (NORONHA SANTOS *apud* ABREU, 2008:53).

Com a lei orgânica do Distrito Federal, publicada em 1892, as freguesias passam a ser denominadas distritos municipais, conservando, entretanto, os limites anteriores. Inhaúma e Irajá continuaram sendo considerados rurais (MIYASAKA, 2011).

O capitalismo urbano-industrial e a consolidação do modelo segregador na cidade

O estímulo à ocupação de novos sítios ao tecido urbano foi condição essencial para a reprodução do capital e a formação de uma classe burguesa carioca, que detinha os meios para promover a sua ocupação. Os capitais oriundos das atividades de produção e exportação do café puderam ser agora multiplicados com o incremento de atividades terciárias, como, por exemplo, o cada vez mais variado comércio, bancos, imobiliárias, ferrovias, bondes, portos, estaleiros e indústrias, além da administração pública. Assiste-se com isso à inauguração do capitalismo urbano-industrial e suas

consequências segregacionistas no espaço, que passa a refletir as desigualdades sociais produzidas por esse modelo (AMADOR, 1997; ABREU, 2008).

As condições básicas para o desenvolvimento dessas atividades eram a existência de mão de obra e mercado consumidor. E, para garanti-los, articulava-se o estímulo à venda de terrenos e habitações no subúrbio com a ampliação dos sistemas de transporte. Por outro lado, permaneciam nas habitações populares (cortiços) do centro grandes contingentes de população pobre, já que nele é que se concentravam a maior parte das ofertas de trabalho (ABREU, 2008).

Contribuindo com essa proposta do capital privado (sobretudo internacional), estava o governo, que realizava, através do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), uma série de obras, como canalizações, aterros e drenagens de várzeas de rios, construção de estradas e destruição de morros, de modo a oferecer as novas terras a serem vendidas. No entanto, essas obras provocariam nefastas consequências socioambientais, como as recorrentes enchentes, fenômeno inerente às áreas inundáveis (AMADOR, 1997; ABREU, 2008).

Enquanto isso, diversos serviços públicos ficavam a cargo do capital estrangeiro, o que é sugerido pelos nomes em inglês das companhias responsáveis por eles. A oferta de água, energia elétrica, gás, esgoto, trens e bondes eram importantes fontes de lucros e, desde o seu surgimento, eram distribuídos desigualmente pela cidade, comandando o crescimento das classes abastadas nas zonas norte (Tijuca) e sul (ABREU, 2008).

Já no século XIX, existiam documentos registrando a indignação da população suburbana quanto à precariedade dos serviços que lhes eram ofertados, apesar dos altos impostos cobrados pelo governo (ABREU, 2008). O lixo, por exemplo, que passou a ser coletado regularmente na segunda metade do século XIX, era depositado nos mangues, como o do até então belo estuário de Inhaúma, iniciando o seu processo de aterramento e contaminação (AMADOR, 1997).

Logo no início do século XX, como expressão máxima das intenções segregacionistas das elites sobre o espaço urbano da cidade, ocorre em 1906, na gestão do prefeito Pereira Passos, a mais radical alteração da forma (e conteúdo) urbana já promovida até então: a “Reforma Passos”. Seus objetivos eram claros: atender às demandas de reprodução do capital através da promoção de uma circulação mais eficaz

de mercadorias e do embelezamento (travestido de "higienização" ou "modernização") do centro do Rio de Janeiro. Era necessário, pois, atender ao novo modo de vida inspirado na *belle époque*, extirpando as precárias condições de saneamento que desencadeavam enfermidades, como a febre amarela.

Para tanto, realizou-se uma série de obras urbanísticas, como o alargamento e a criação de avenidas e a construção do novo porto, que serviam de argumento para a destruição das moradias populares do centro (ABREU, 2008).

Enquanto quase nada se realizava nas áreas suburbanas, o centro e a zona sul eram agraciados com melhorias urbanísticas e embelezamento. Os pobres, por sua vez, expulsos do centro, só tinham três opções: procurar as cada vez mais escassas e caras habitações coletivas restantes, se instalar nos morros, ou migrar para os subúrbios. A conseqüência direta dessa migração foi o acréscimo populacional de 293% em Inhaúma e de 109% em Irajá, entre os anos de 1890 e 1906 (op. cit.).

Essa política permaneceria até 1930, nos governos municipais que se sucederam no período. A "novidade" é que ocorre um considerável crescimento da atividade industrial brasileira, sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial. Nesse período, se intensifica a migração de diversas unidades fabris para os subúrbios, atraídas pelos terrenos amplos e baratos próximos às estradas de ferro, que promoviam o acesso à mercados e à proximidade da força de trabalho (CORRÊA, 1991). Com essa expansão, o poder público não contribuiu, já que, nas palavras de ABREU (2008) cabia às próprias indústrias a criação de "*novas áreas, dotando-as de infraestrutura e, principalmente, gerando empregos*" (op. cit.).

O dinamismo econômico provocado pela atividade industrial em Irajá e Inhaúma provocou profundas transformações no perfil destes distritos, que tiveram os maiores índices de crescimento populacional do Estado da Guanabara entre 1906 e 1930 (263% e 92%, respectivamente). Tornaram-se as mais populosas e com os maiores percentuais de pessoas empregadas no setor industrial da cidade, conforme dados dos censos da época. Com esse processo contribuíram a eletrificação da via férrea, que possibilitou a instauração da tarifa única nas linhas suburbanas, a construção das Avenidas *Suburbana* e *Automóvel Club*, além do ingresso das primeiras levas de migrantes, oriundos do antigo estado do Rio de Janeiro (op. cit.). A região agora consolida uma nova função: servir de local de moradia para a força de trabalho operária.

Quanto aos aspectos socioambientais, segundo Amador (1997:329), o estuário de Inhaúma foi todo destruído nesse período, pelos sucessivos aterros que eram realizados para se atender a demanda por novos terrenos. Já Santos (1987) comenta que as habitações surgidas nos arredores das indústrias eram precárias, sem infraestrutura de coleta de esgotos e distribuição de água.

Surgimento das favelas

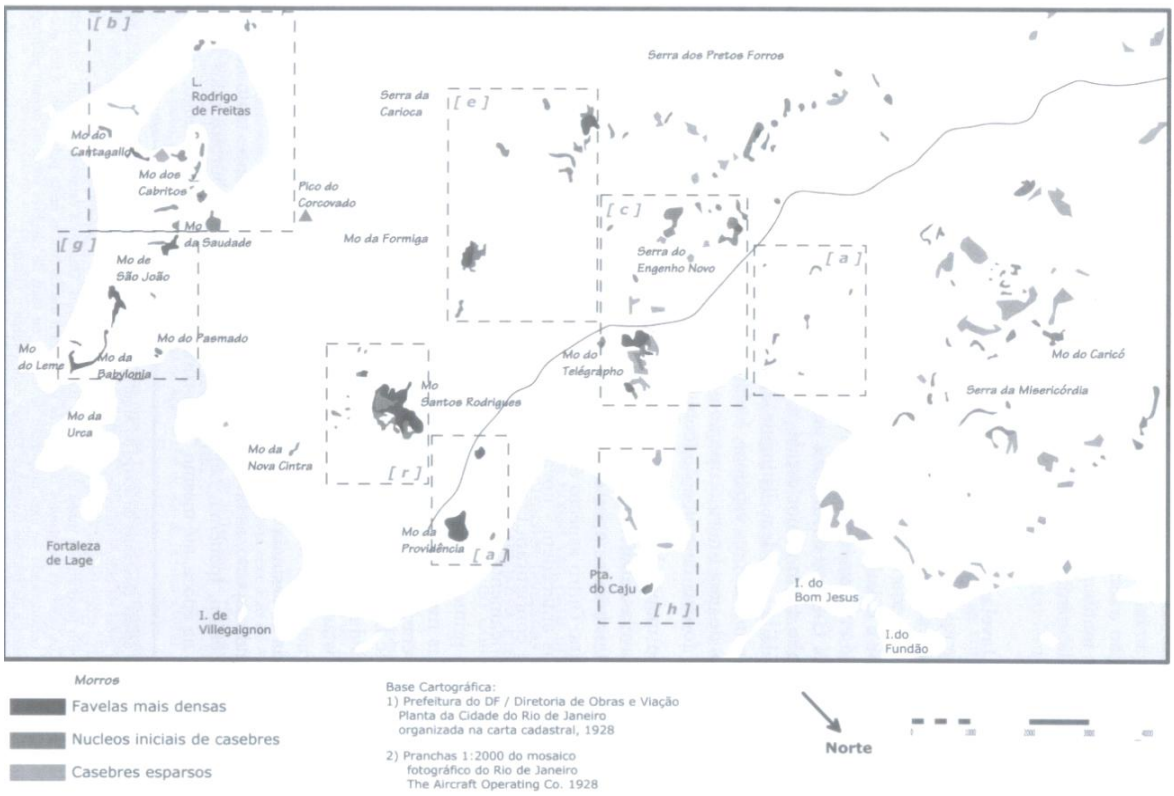


Figura 6: Mapa das favelas da cidade do Rio de Janeiro em 1928. Retirado de: Silva (2005).

O intenso crescimento populacional das três primeiras décadas do século XX amplia consideravelmente a demanda por moradia popular em toda cidade, pois, além dos migrantes, há os retornados da guerra e antigos moradores dos cortiços, que foram em sua maioria demolidos. Por outro lado, havia uma série de restrições à construção pela legislação urbanística, que instituiu rígidos padrões arquitetônicos. Esses fatores, aliados à ação elitizadora do mercado imobiliário, tornam os preços dos novos imóveis inacessíveis às camadas menos favorecidas da população. E, como ainda eram constantes as destruições de habitações populares do centro, pode-se afirmar que, ao invés de atender à demanda por moradia que se configurou, os produtores do espaço

urbano acabam por promover as precárias formas de habitação que visavam erradicar, só que agora nas encostas dos morros, com a disseminação das favelas (ABREU, 2008; SILVA, 2010).

Elas rapidamente se espalham por toda cidade, tanto na área urbana central consolidada como nos vetores de expansão, das classes média e alta, quanto nos subúrbios, acompanhando a oferta de emprego nas indústrias (ABREU, 2008; SILVA, 2005).

Em 1917 surge a do Jacarezinho (ABREU, 2008) e entre o final da década de 20 e o início de 1930 a Joaquim de Queiroz, Vila Cruzeiro, Caminho da Grota e Travessa Laurinda (SILVA, 2005). Nas palavras da autora, "*o que se pode perceber é um padrão de disseminação de casebres, com poucas nucleações*", se referindo às três últimas (op. cit., 2005:184), que foram as primeiras das encostas da Serra da Misericórdia. A essas se seguiram várias outras nas décadas seguintes, como mostra a tabela abaixo:

FAVELAS		**ANO**
COMPLEXO DO ALEMÃO	Joaquim de Queiroz (Grota)	1928
	Morro do Adeus	1941
	Nova Brasília	1942
	Itararé (Alvorada)	1946
	Morro do Adeus	1951
	Morro do Alemão	1951
	Relicário	1951
	Morro da Baiana	1961
	Estrada do Itararé	entre 1976/1985
	Morro das palmeiras	1977
	Mourão Filho	1979
COMPLEXO DA PENHA	Morro da Caixa d'água	1931
	Vila Cruzeiro	1941
	Parque Proletário da Penha	1941
	Morro do Cariri/Penha	1944
	Laudelino Freire/Marrom Glacê	1966
	Parque Proletário do Grotão	1979
COMPLEXO DO JURAMENTO	Morro do Juramento	1945
	Vila Primavera (Cavalcanti)	1956
	Rua Brício de Moraes	1957
	Parque Silva Vale (Tomás Coelho)	1965
	Rua Sérgio Silva	1971
	Parque Nova Maracá	1995
MADUREIRA	Morro da Serrinha	1921
	Morro do Sapê	1931

Quadro 2: Ano de surgimento das principais favelas na Serra da Misericórdia. Fonte: SABREN, IPP, 2012.

Consolidação da região como subúrbio industrial

Há de se ressaltar que, no entanto, até esse momento a ocupação de Irajá e Inhaúma não se dera de modo uniforme por toda vasta extensão de seus territórios. Com exceção da linha tronco da estrada Central do Brasil (Méier e Madureira), o povoamento ainda era esparso, concentrado nas imediações das vias férreas. Havia poucas indústrias, que, como dito, se instalaram sem o apoio do Estado, em terrenos não inundáveis pelas cheias dos rios Jacaré e Faria-timbó. O autor mostra isso com dados de densidade demográfica e quantidade de passageiros transportados pelos trens. A tabela abaixo expõe a comparação de Inhaúma e Irajá com as freguesias mais adensadas, localizadas no centro da cidade.

Freguesias	**Hab./Km^2**
Sacramento	42.765
Santo Antonio	36.988
Santana	31.659
Irajá	770
Inhaúma	3.059

Quadro 3: Densidades demográficas brutas (1920), por freguesias. Adaptado de Prefeitura do districto federal (*apud* ABREU, 2008).

Central do Brasil	**Leopoldina**	**Rio d'ouro**	**Linha Auxiliar**
54.549.342	15.371.688	1.461.319	3.768.676

Quadro 4: Quantidade de passageiros transportados pelas estradas de ferro, em 1925. Adaptado de: Noronha Santos (*apud* ABREU, 2008).

Em 1930, por meio do plano Agache - considerado primeiro plano diretor do Rio de Janeiro - demonstra-se a intenção de se exercer um controle rígido da forma urbana da cidade, propondo medidas que intensificariam a segregação socioespacial. Apesar de não ter sido posto em prática, o plano se mostra bastante útil por apresentar uma análise do espaço urbano da época, na visão das classes dirigentes. Pela primeira vez, reconhece-se a crise da habitação popular, relacionando e caracterizando em detalhes - carregados de preconceito - o fenômeno das favelas e a precariedade dos aspectos urbanísticos dos subúrbios, como a estrutura viária, insuficiência do abastecimento de

água, inexistência de coleta de esgotos, além da "*ausência de jardins, largos ou espaços livres para jogos*" (PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL *apud* ABREU, 2008:87).

Essa política propõe a construção (e a melhoria) de habitações a preços baixos, com o interesse principal de segregar e controlar a reprodução da força de trabalho. Para as favelas, no entanto, propõe que sejam erradicadas, reconhecendo a necessidade de oferecer alternativas aos seus habitantes (ABREU, 2008).

Entre 1930 e 1950, continua o deslocamento industrial para os subúrbios, sustentado pelas obras de aterros e "saneamento" (drenagem das várzeas) realizadas pelo DNOS, como as dos rios Jacaré e Faria-timbó (entre a Avenida Itaóca e a Estrada Velha da Pavuna), em 1942, permitindo novas instalações (op. cit.).

Além das referidas obras, que passam a ocorrer de forma mais sistemática na área, é promulgado, em 1937, o decreto 6000, definindo as zonas industriais do Estado da Guanabara. Ele exclui toda a Zona Sul e a Tijuca, delimitando-a entre a:

> "(...) *área tradicional de São Cristóvão e o novo bairro do Jacarezinho, indo até Bonsucesso e, pela orla litorânea, até a Rua Ouricuri, em Ramos. Uma outra área ia desde a Avenida Automóvel Club até a Baía de Guanabara* (...)".

Três outras zonas eram:

> "(...) *a primeira, na margem direita da linha tronco da Central do Brasil; a segunda, ao longo da Linha Auxiliar, desde Del Castilho até a fronteira estadual, além da estação de Costa Barros; e a terceira, ao longo da Rio do ouro."* (ABREU, 2008:101).

Boa parte da Bacia do Canal do Cunha, portanto, é assim declarada, visando atender à necessidade de adequação das instalações físicas fabris, que se diversificava no período da Segunda Guerra Mundial (op. cit.).

Na outra vertente, o eixo Leopoldina:

> "*apresentava uma ocupação residencial proletária ao longo da Estrada de Ferro. Estas residências ficavam encerradas entre os morros ao sul* (Serra da Misericórdia)*, e o mangue, ao norte, e por isto esta zona não foi destinada à implantação industrial no decreto 6.000 de 1937*" (PA 2972, de 24/6/1938 e PA 6376, de 10/12/1953 *apud* ABREU, 2008:103). (Parênteses nosso)

Nesse período, ocorre aí a instalação de várias pequenas e médias fábricas, removidas do centro para a construção da Av. Presidente Vargas (op. cit.).

Na chamada "era populista", que se instala no país a partir do segundo governo de Getúlio Vargas (1945), nota-se alguma preocupação com a questão habitacional. Motivados por interesses políticos, este e outros governos que se seguiram no período promovem melhorias urbanísticas pontuais nos subúrbios e favelas, como, por exemplo, com destaque para as construções de conjuntos habitacionais e parques proletários, boa parte dos quais pelos institutos de previdência e aposentadorias, ou pelas próprias indústrias (op. cit.).

Entretanto, essas ações são consideradas pontuais, restritas às localidades próximas de indústrias. Nesse esteio, o governo vai tentar implementar um controle mais rígido sobre o espaço urbano, removendo favelas de áreas nobres para instalar suas populações nessas novas habitações. No entanto, essa proposta não obteve grande êxito, pois novas favelas se instalavam em ritmo mais acelerado (op. cit.).

A construção da Avenida Brasil em 1946 estabelece mais um eixo industrial na região, junto à orla da Baía de Guanabara. Este eixo, por sua vez, só viria a se materializar nos anos 50. Enquanto isso, a disponibilidade de sítios sobre aterro próximos a esta importante via leva ao surgimento de várias comunidades, como as da Maré, atraídas pelas possibilidades de emprego nas futuras fábricas (op. cit.).

Apesar de serem necessárias como "*mão-obra farta, barata e espacialmente concentrada*", esta forma de habitação, quando instalada na zona sul, era motivo de severas críticas à prefeitura por parte da imprensa, incitando a prefeitura a seguir com a política de remoções (ABREU, 2008; SILVA, 2005).

Com isso, assiste-se a mais um período de intenso crescimento demográfico em todo entorno da Serra da Misericórdia, sobretudo nas favelas, na medida em que os terrenos "formais" se tornavam cada vez mais escassos e caros (devido ao congelamento dos aluguéis) e a oferta de habitação popular – através dos conjuntos habitacionais - distante dos locais de trabalho e em quantidade insuficiente. Abreu (2008) apresenta dados censitários da época que mostram que mais da metade dos residentes em favelas surgidas entre 1948 e 1960 na capital estão no distrito da Penha. Já a região da Leopoldina como um todo passa a abrigar o maior percentual de população favelada da

cidade em 1960, crescendo 150%, notadamente nas proximidades da Avenida Brasil (op. cit.).



Figura 7: Bairro da Penha com a Serra da Misericórdia ao fundo, em 1958. Fonte: Ronaldo Luiz Martins.

Esses dados evidenciam o progressivo deslocamento dessa forma de habitação, que anteriormente se concentrava nas áreas mais centrais (centro, zona sul e subúrbio da central do Brasil), devido a oferta de emprego, para o entorno mais imediato da Serra da Misericórdia, ou seja, os subúrbios servidos pelas linhas de trem Leopoldina, Rio d'ouro e Linha Auxiliar.

Isso se deve às constantes remoções de comunidades da zona sul, seguida pela ocupação das margens da Av. Brasil, à formação dos complexos (de favelas), à precarização ("favelização") dos conjuntos habitacionais, além da constante chegada de migrantes (SILVA, 2005; ABREU, 2008).

No período da ditadura militar, suspendem-se quaisquer perspectivas de uma reforma urbana, e foco das políticas e programas públicos é em "cirurgias" do espaço urbano, que privilegiavam como nunca as áreas ocupadas pelas classes média e alta. O seu maior exemplo é uma série de obras viárias e melhorias urbanísticas da zona sul e já em direção à Barra da Tijuca. Esses investimentos contribuem decisivamente com a

empresa imobiliária em detrimento de uma melhor oferta de infraestrutura nos subúrbios (ABREU, 2008).

Diante dessa desigualdade de investimentos nas diferentes áreas da cidade é que se torna pertinente mencionar a crítica feita por Fernandes (1995) em sua obra "*O rapto ideológico da categoria de subúrbio*". Este conceito, que originalmente se refere às áreas periféricas da metrópole, ganha uma conotação pejorativa no Rio de Janeiro, passando a se referir exclusivamente às áreas servidas pelas estradas de ferro e ocupadas pelas classes populares, mesmo que essas áreas apresentassem considerável dinamismo econômico. Ou seja, a expressão passa a refletir e reforçar, ao mesmo tempo, o abandono pelo poder público, fato que as levou a um progressivo esvaziamento econômico e sucateamento da infraestrutura.

Nesse período, facilitada pela suspensão dos direitos civis, intensificam-se as remoções de favelas das áreas nobres para darem lugar às residências de luxo e suas áreas verdes, enviando a população pobre para conjuntos habitacionais em bairros cada vez mais distantes do núcleo metropolitano (FERREIRA, 2009). Por sua vez, bairros residenciais de classe média baixa, como a Lapa e o Catumbi, são remodelados, substituindo seus antigos habitantes por mais vias de ligação do centro com a zona sul, e desta com a Barra da Tijuca (ABREU, 2008).

Além da grande discrepância dos investimentos governamentais e do privilégio de intervenções adequadas ao transporte particular, o chamado "arrocho salarial" é outro fator que contribui para a grande concentração de renda que marca o período.

Segundo Amador (1997), o intenso êxodo rural na década de 70 fez com que os migrantes correspondessem a 73,7% do incremento populacional da cidade, somando cerca de 1,5 milhão de pessoas. Boa parte se instalando nos bairros operários e favelas. As regiões administrativas da Penha, Ramos e Méier apresentam taxas de crescimento em torno de 40% entre os anos de 1960 e 1970 (ABREU, 2008).

O período da desindustrialização

Em fins dos anos 70 começam a surgir os primeiros sinais da decadência do modelo industrial fordista que comandou o crescimento econômico durante o "milagre brasileiro". Isso se deu no início do processo de globalização dos mercados e crise fiscal dos Estados, em escala global (ROLNIK, 2012; MARTINS, 2012).

Como resposta à crise, o governo brasileiro põe em pauta uma agenda de reformas econômicas de ajuste estrutural, com caráter neoliberal, que põem fim ao modelo de estado provedor, gerando desemprego e reduzindo a abrangência das políticas sociais, aí incluídos os financiamentos habitacionais (ROLNIK, 2012).

Há uma considerável redução da oferta de moradia popular em toda região metropolitana, devido ao fim do SFH (Serviço Federal de Habitação) e à redução da atuação da CEHAB (Companhia Estadual de Habitação), decretando o fim da *"era dos grandes conjuntos populares*". Paralelamente, no plano político, durante o governo de Leonel Brizola (1982-86), ocorre uma maior legitimação das favelas. Como conseqüência desses dois processos, há, novamente, um intenso crescimento populacional e espacial das favelas em toda cidade, inclusive nas encostas da Serra da Misericórdia (ABREU, 2008; BARROS, 2012).

Na cidade do Rio de Janeiro, desde o início da gestão de César Maia, em 1993, a prefeitura adota o "Planejamento Estratégico", cuja proposta de desenvolvimento urbano é comandada pelo imperativo do crescimento econômico. Para isso, o poder público esquematiza um consenso, se utilizando de um portfólio de projetos pontuais de intervenção urbana, que contribui para neutralizar críticas e opositores. Afasta-se, desse modo, dos princípios redistributivos que orientaram a agenda da reforma urbana, e subordinando-se aos interesses dos agentes econômicos globais (COMPANS, 2004). O maior exemplo desse modelo de gestão empresarial competitiva (*city-marketing*) são os investimentos visando à candidatura aos jogos olímpicos de 2004 e mais recentemente para a realização da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016.

Em relação à dinâmica demográfica, nos anos 90 o crescimento populacional continua reduzido em toda cidade, mas houve significativa variação entre as áreas ocupadas pelas diferentes classes sociais. Desde a década de 80 que as maiores taxas são encontradas na "zona oeste", vetor principal de crescimento. Entre 1991 e 2000, a população da cidade como um todo cresceu a uma taxa geométrica média anual de 0,74% ao ano. Considerando somente a população residente em favelas, esse índice foi

de 2,40%, enquanto na chamada "cidade formal" ficou em 0,40% (BESSERMAN E CAVALIERI, 2004).

Com a redemocratização, a constituição de 88 determinou que toda cidade com população acima de 20.000 habitantes deveria formular um Plano Diretor para orientar a política urbana local. Diante disso, ganham corpo políticas pontuais de urbanização e dotação de infraestrutura em assentamentos informais e favelas. A partir do engajamento de diversos movimentos sociais e populares, o novo arcabouço legal surgido nesse período - Plano Diretor de 1992 e o Estatuto da Cidade (2001) - recomenda que a prioridade seja a regularização e a urbanização, ao invés da remoção de favelas. Tais investimentos visam principalmente o controle político dessa população no jogo eleitoral, e não o fortalecimento de espaços participativos de gestão e planejamento previstos na lei (COMPANS, 2007; ROLNIK, 2012).

No entanto, isso não impede que os sucessivos governos municipais (Maia, Conde e Paes) garantam áreas privilegiadas em termos de localização e infraestrutura para a iniciativa privada, através da remoção de comunidades pobres das áreas centrais. Estas ações se amparam no discurso ambiental, que ganha força na cena política marcada por gestões tecnocráticas, reforçadas por uma visão "ecologizada" e conservadora dos meios acadêmicos e da mídia, cada vez mais distantes das premissas do direito à cidade (ACSELRAD, 2012; COMPANS, 2007; ROLNIK, 2012).

Nesse contexto, se inserem os projetos de "revitalização", "requalificação", e "reabilitação" do espaço urbano, consonantes com o ideário internacional da cidade-global, elitizada, adequada aos processos de acumulação, reprodução e fluidez do grande capital. O foco da política urbana é em grandes projetos pontuais – de transporte, como a linha amarela, renovação dos atributos urbanísticos, como o Rio-cidade e o favela-bairro, de urbanização de favelas. (COMPANS, 2004).

Para a região da Serra da Misericórdia, a crise significou o esvaziamento da atividade econômica, que era predominantemente vinculada à indústria. Trata-se de um período de transição, no qual a sua função passa a ser quase que exclusivamente residencial, com pequeno comércio e serviços para atender a população local (MEDEIROS, 2006).

Fernandes (2008) identifica dois casos de transformação das antigas zonas industriais, curiosamente, um em cada "lado" da Serra da Misericórdia. No primeiro, estão áreas "recicladas", voltadas ao comércio e serviços, onde se instalam *Shoppings*

Centers, redes de supermercados, empreendimentos esportivos e residências destinadas à classe média, em virtude da elitização do mercado imobiliário em toda a cidade.

> "*Seu melhor exemplo é a grande área formada junto à Linha Amarela e na interseção com o antigo eixo industrial e residencial fordista da Avenida Suburbana. Tal tendência começou a se manifestar nos anos 80, quando em terrenos da fábrica Klabin foi construído o Norte-Shopping, o que depois foi seguido também pela reconversão dos edifícios da Tecelagem Nova América, no bairro de Del Castillo, por sinal junto a um conjunto residencial da era Vargas que foi implantado seguindo o modelo de cidade-jardim. Supermercados e grandes cadeias internacionais, como Leroy-Merlin e Wall-Mart, também se instalaram em outros espaços industriais abandonados"* (FERNANDES, 2008).

No outro eixo, Leopoldina, a precarização do trabalho e o abandono pela iniciativa privada e pelo Estado levam ao sucateamento das condições de vida, com o crescimento expressivo das favelas e a deterioração dos aspectos urbanísticos. Nesse contexto, gerou-se um terreno propício para o controle territorial e a violência perpetrada por organizações criminosas do narcotráfico varejista (op. cit.).

Verifica-se assim a superação do modelo de cidade polarizada, dual, segregada a partir da dicotomia centro e periferia. O tecido urbano da metrópole se torna mais complexo, em forma e conteúdo. Multiplicam-se as formas de produção e apropriação do espaço urbano, cuja consequência é um intenso processo de fragmentação socioespacial (LACERDA, 2012). Há uma justaposição de áreas "isoladas" entre si: fragmentos onde a classe média se enclausura, através de um crescente número de condomínios exclusivos, e outras que Fernandes (op. cit.) classifica como "enferrujadas", devido à sua deterioração em termos econômicos e sociais, notadamente nas favelas e suas adjacências.

As consequências do projeto "empreendedor" de "cidade empresarial competitiva" são, segundo Brand e Prada (*apud* BARROS, 2012): concentração de renda, aumento da pobreza, fragmentação, além da polarização socioespacial. No Rio de Janeiro, em virtude da prioridade dada aos chamados "megaeventos", se observa uma descaracterização do interesse público em favor do privado, na forma de uma privatização das políticas públicas. Nesse processo se inclui a flexibilização ou mesmo mudança da legislação, de modo a permitir melhores fluxos de capitais e colocação da cidade na disputa pelos investimentos internacionais (COMPANS, 2004; ROLNIK, 2012).

Na contrapartida dessa forma de atuação estatal, que tem dominado a cena política carioca, Maricato (SEM ANO) chama atenção para o fato de que a aprovação do estatuto da cidade em 2001 significou uma importante vitória dos movimentos pela reforma urbana, sendo considerada uma legislação avançada, à qual se seguiram planos e leis com propostas técnicas e economicamente viáveis e socialmente necessárias, porém bloqueadas no plano político. Ou seja, existe um arcabouço jurídico capaz de promover uma democratização e redução das desigualdades que se materializam no espaço urbano. Entretanto, permanece o importante desafio de torná-los factíveis. Acreditamos que isso só acontecerá com a mobilização de amplos setores da sociedade comprometidos com a justiça social (e ambiental).

4.2 Contexto Atual

Na última década (entre 2000 e 2010) houve um crescimento populacional de 1,9% em toda AP3, mas esse aumento só ocorreu de fato nas favelas, atingindo 11% nelas. Por outro lado, se considerarmos apenas os "bairros formais", houve uma redução da ordem de 1%, no mesmo período (CAVALLIERI e VIAL, 2012).

Apesar do esvaziamento econômico das últimas décadas, a zona norte da cidade ainda concentra a maior parte das indústrias poluentes, como mostra o gráfico abaixo.

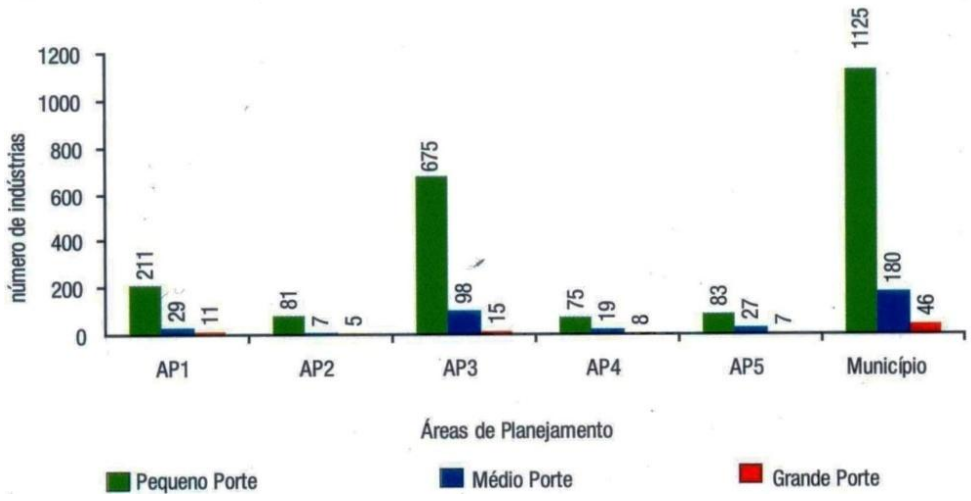


Figura 8: Gráfico de quantidade de indústrias potencialmente poluidoras, por AP. Retirado de: PCRJ, 2005.

4.2.1 Pedreiras

Verifica-se que há uma considerável concentração de estabelecimentos mineradores na Serra da Misericórdia. Alguns deles em funcionamento desde a década de 40 (SIMAS, 2007). Sendo provavelmente o mais agressivo impacto ambiental no maciço, a área ocupada pela mineração na Serra, segundo o IPP, era de 75 ha, em 2001.

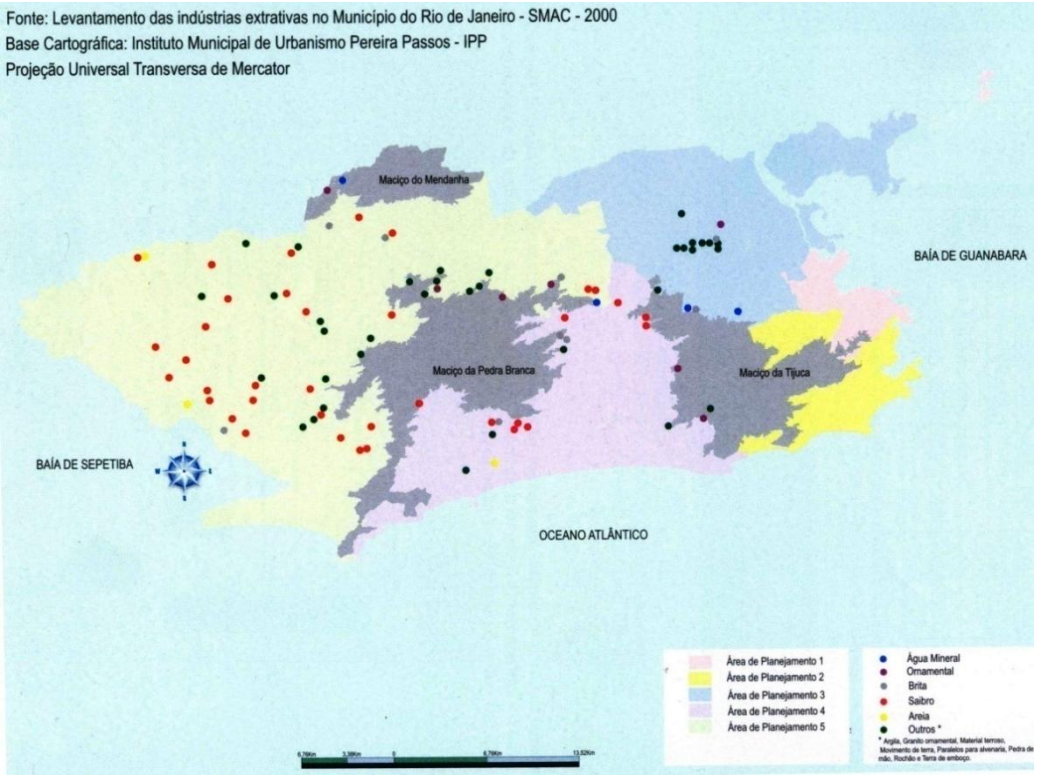


Figura 9: Mapa dos estabelecimentos que exercem atividades de extração mineral no Rio de Janeiro. Retirado de PCRJ (2005).

Atualmente existem pelo menos três empresas atuantes neste ramo na Serra da Misericórdia: Sociedade Nacional, com aproximadamente 10 ha, Anhanguera (15 ha) e Lafarge (55 ha) (VERDEJAR, 2013). Simas (2007) comenta que elas fornecem significativas quantidades de materiais para a indústria da construção civil do município, sobretudo em ocasiões dos Megaeventos[11]. Cabe ressaltar que todos os decretos que instituem UCs na região mostram a necessidade da desativação desta atividade, se estabelecendo condições para o seu uso futuro como área pública de lazer. Mesmo assim, recentemente as licenças destas três empresas foram renovadas pelo INEA, dando continuidade à exploração, sem qualquer procedimento de participação e

[11] O autor se refere às obras para os jogos Pan-Americanos de 2007, que, segundo um funcionário de uma das empresas, fizeram com que a produção de brita e outros materiais aumentassem consideravelmente (SIMAS, 2007).

controle social, como audiências públicas. A da empresa Sociedade Nacional autoriza o grupo a realizar o PRAD (Programa de Recuperação de Áreas Degradadas) com a construção de um aterro de resíduos da construção civil da cidade, que em nada beneficia a população local, muito menos o ambiente natural (CARVALHO, 2011). Além disso, há dificuldades de acesso às informações dos processos de licenciamento ambiental destas empresas.



Figura 10: Imagem aérea com delimitação das áreas ocupadas pelas Pedreiras na Serra da Misericórdia. Elaborado por: Loyola Filho (2013).

Existem evidências de que as estruturas de diversas residências de loteamentos próximos às pedreiras estão comprometidas pelas detonações diárias realizadas, apresentando grandes rachaduras. Além disso, há problemas relacionados à salubridade, já que existem diversos casos de problemas respiratórios atingindo moradores locais (op. cit.).



Figura 11: Foto de área lavrada na Serra da Misericórdia. Fonte: Verdejar Socioambiental.

Por fim, a lei municipal 1322/88 (PCRJ, 1988) proíbe o funcionamento de pedreiras a menos de 1 km de distância de residências. Entretanto, no próprio texto do processo de licenciamento da empresa Anhanguera, afirma-se que existe um núcleo residencial a 190 metros, o loteamento Parque Maria Alice.

4.2.2 Favelas



Figura 12: Imagem aérea com as áreas das favelas da Serra da Misericórdia delimitadas em vermelho. Fonte: IPP.

A partir da análise de imagens aéreas, no SABREN (Sistema de Assentamentos de baixa renda), do IPP, há a informação de que não houve crescimento horizontal da área da maioria das favelas na Serra da Misericórdia, tendo inclusive algumas reduzido sua área. Aponta-se as obras de urbanização como principal responsável por isso. Ou seja, o momento atual é marcado pelos esforços por parte do Estado no sentido de controlar a reprodução social das comunidades, vide as recentes instalações de UPPs e obras de urbanização (PAC favelas e programa Morar Carioca).

Favela	**Área (m²)**		
	2008	**2009**	**2010**
Vila Cruzeiro	244 029	244 029	244 029
Morro da Caixa d'Água	84 854	84 854	84 854
Morro da Fé	82 948	82 948	82 718
Morro do Sereno	41 307	41 468	41 468
Parque Proletário do Grotão	103 352	103 352	103 391
Vila Proletária da Penha	301 456	301 456	301 589
Morro do Engenho da Rainha	70 020	70 020	70 020
Relicário	43 932	43 932	43 932
Rua Sérgio Silva	22 335	22 335	22 335
Parque Nova Maracá	123 122	123 122	123 122
Vila dos Mineiros	3 867	3 867	3 867
Serrinha	83 847	83 847	83 847
Morro do Sapê	92 954	93 289	93 064
Complexo do Alemão	1 862 843	1 811 545	1 777 207

Quadro 5: Área ocupada pelas principais favelas da Serra da Misericórdia. Fonte: SABREN, IPP, 2011.

O fato de essa população continuar a apresentar expressivo crescimento indica a demanda que se tem pelo desenvolvimento de estratégias e políticas específicas para a oferta de empregos, habitação, regularização fundiária e demais serviços urbanos para essas comunidades, além de se promover uma compatibilização da sua presença com as áreas verdes. Nesse caso, ao invés de ações que se restringem ao controle da sua expansão, é importante promover outras opções, como, por exemplo, a criação de núcleos residenciais em imóveis vazios, tanto no centro, como propõe Martins (2012), como na AP3, ambas em processo de esvaziamento populacional. Essa proposta se baseia na grande quantidade de imóveis vazios e subutilizados, seguindo a dinâmica da especulação imobiliária, que se encontram nessas regiões. É claro que esse adensamento deve ser acompanhado de uma melhor oferta infraestrutura e serviços coletivos essenciais.

O quadro abaixo apresenta a evolução das áreas ocupadas em encostas dos morros e maciços do município do Rio de Janeiro. A Serra da Misericórdia foi a que apresentou a segunda maior taxa de ocupação das encostas acima de 100 metros, como se pode observar. Vale notar que, nessa Serra, essa ocupação se resume às favelas.

Unidade de Relevo (1)	Área total (ha)	Área urbana (2)					
		1984		2001		Crescimento (3)	
		Total (ha)	%	Total (ha)	%	Total (ha)	%
Maciço da Pedra Branca	13 034,87	28,32	0,22	115,18	0,88	86,86	0,67
Maciço da Tijuca	9 342,40	502,80	5,38	751,66	8,05	248,86	2,66
Maciço do Mendanha	3 132,49	0,45	0,01	0,45	0,01	0,00	0,00
Morros da Zona Sul	230,93	5,24	2,27	5,33	2,31	0,08	0,04
Morros isolados	103,62	5,53	5,34	12,29	11,86	6,76	6,52
Serra da Capoeira Grande	57,37	5,17	9,02	6,26	10,91	1,09	1,90
Serra da Misericórdia	**348,78**	**8,44**	**2,42**	**40,72**	**11,67**	**32,28**	**9,26**
Serra da Posse	69,30	0,00	-	0,15	0,21	0,15	0,21
Serra do Cantagalo/Inhoaíba	705,51	...	...	1,49	0,21	1,49	0,21
Serra do Engenho Novo	95,38	4,98	5,22	17,15	17,99	12,18	12,77
(1) - Foram consideradas as áreas acima da cota 100 das principais serras e morros.							

Quadro 6: Variação da área das principais unidades de relevo e números absolutos e relativos da ocupação urbana entre 1984 – 2001. Retirado de IPP.

A mesma autora (MARTINS, 2012) coloca que o maior controle por parte do Estado sobre a ampliação da área das favelas leva a uma expansão vertical das mesmas, sem estrutura adequada, com um consequente aumento do número de pessoas por residência, o que compromete ainda mais a qualidade de vida de sua população.

O problema do saneamento está entre os principais em todas as favelas do Rio de Janeiro ao longo da história de existência desses assentamentos populares. Apesar dos dados oficiais indicarem a existência da rede geral de água e esgoto, e afirmarem haver coleta de lixo em cerca de 90% dos domicílios (IBGE, 2012 apud IPP, 2012), um exame pormenorizado evidencia que ainda há muito a ser feito nesse sentido. Informações levantadas pelo PDSA (Plano de Desenvolvimento Social do Alemão) revelaram que o esgotamento sanitário, a coleta de lixo e a distribuição de água são insuficientes e precários. Em algumas comunidades, como a Vila-Matinha o abastecimento d'água da rede geral cobre apenas 9% das casas. A coleta de lixo só beneficia 40% de moradores de todo o Complexo do Alemão. Outros problemas recorrentes são a presença de valas negras e lixões em várias comunidades, alguns na Serra da Misericórdia. O da Fazendinha, por exemplo, possui 20 anos e 400 toneladas (RELATÓRIO PDSA apud BARROS, 2012).

Consideramos esses serviços, associados à moradia, emprego e renda, transporte, educação e saúde como indispensáveis para qualquer política pública que vise promover uma relação harmônica entre os moradores das comunidades adjacentes e a Serra da Misericórdia.

Diante desse quadro, impõe-se então o desafio: onde e como acomodar esse crescimento populacional (ibid.), cuja tendência é permanecer sob altas taxas nas próximas décadas?

Morar Carioca

Em 2010 a Prefeitura lançou o Programa "Morar Carioca", que prevê obras de urbanização de favelas, de modo a melhorar os serviços de saneamento, pavimentação, iluminação pública, oferta de áreas verdes, quadras esportivas, áreas de lazer, e a construção de equipamentos sociais, de saúde e educação, além da regularização fundiária. Prevê ainda a reduzir a área ocupada pelas favelas na cidade em 5%, removendo imóveis de "áreas de risco" e realizar o zoneamento, com implantação das ZEIS (Zona de Especial Interesse Social) [12]. Orçado em R$ 8 bilhões, pretende beneficiar 815 favelas. Na Serra da Misericórdia, a previsão é de serem beneficiadas

[12] Os complexos da Penha e do Alemão já contam com leis municipais que decretam ZEIS. Esta lei prevê a realização de regularização fundiária e a urbanização, se mantendo os preços dos imóveis acessíveis aos que ali residem.

várias favelas nos bairros de Madureira, Vaz Lobo, Engenheiro Leal, Piedade, Cascadura, Quintino, além dos Complexos da Penha e do Alemão[13] (RIO ON WATCH, 2013; UPP SOCIAL, 2013).

Entretanto, segundo levantamento feito pelo site *Rio on Watch*, no programa há remoções forçadas, falta de participação social, atrasos e suspensões de obras (no Complexo da Penha, por exemplo). O mesmo veículo aponta que a maioria das obras não chegou a se iniciar[14]. Mesmo assim, somadas à outras políticas implantadas nas comunidades, o programa contribuiu para promover um grande aumento dos preços de imóveis e aluguéis, chegando a 300% no Complexo do Alemão, onde um presidente de Associação de Moradores e mais 416 famílias tiveram que deixar suas casas (RIO ON WATCH, 2013).

4.2.3 Transcarioca

Medeiros (2011) e IPP (2012) comentam que a construção das linhas amarela e vermelha contribuiu para a segmentação dos bairros, com a ruptura de vínculos sociais e identidades locais. O seja, essas obras potencializaram os efeitos da fragmentação socioespacial.

Desde março de 2011 está em construção o corredor exclusivo para ônibus BRT (*Bus Rapid Transit*) "Transcarioca", que ligará o aeroporto internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador, até a Barra da Tijuca, ao longo de 39 km. Atravessará diversos bairros da Serra da Misericórdia, tais como Ramos, Penha e Madureira. O investimento, única de mobilidade urbana para a Copa com recursos do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), é da ordem de R$ 1,8 bilhão (COMITÊ POPULAR DA COPA, 2013; TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2013).

Segundo o dossiê elaborado pelo Comitê Popular da Copa (2013), calcula-se que a obra desapropriará em torno de 3600 imóveis. Além disso, existem conflitos instalados devido aos impactos ambientais, já que o licenciamento ambiental - feito pelo INEA - foi fracionado (feito por trechos) e simplificado. Durante a obra, são observados

[13] As diferentes fontes consultadas informam listas de favelas beneficiadas que não coincidem. Na lista oficial da prefeitura não estão incluídos os Complexos da Penha e do Alemão, que estão incluídos no site *Rio on Watch* e UPP Social, respectivamente. Uma matéria jonalística veiculada recentemente diz que várias obras da prefeitura em favelas são associadas ao programa através de placas, sem de fato serem.
[14] Até maio de 2013 (op. cit.)

diversos transtornos no cotidiano dos habitantes, como as provocadas pela grande quantidade de poeira em suspensão, congestionamentos e, principalmente, desapropriações de residências e estabelecimentos comerciais (op. cit.).

Uma das reivindicações do Verdejar é que recursos financeiros provenientes de autuações e compensações ambientais de empreendimentos no seu entorno sejam revertidas para a recomposição do ecossistema da Serra, sobretudo com o argumento de que o maciço fornece grande quantidade de matérias-primas para a aquecida indústria da construção civil carioca, sobretudo em virtude das diversas obras em curso para os chamados "Megaeventos" [15]. Outro argumento utilizado é que ela está sob influência direta de várias obras, que deverão alterar consideravelmente a dinâmica social do seu entorno, levando a uma maior pressão sobre os seus atributos naturais.

4.2.4 Mercado imobiliário

Seguindo a "orientação" dos dispositivos legais referentes ao uso e ocupação do solo, que estimulam o seu adensamento, nos últimos anos multiplicaram-se os lançamentos imobiliários em toda zona norte, havendo pelo menos 12 empreendimentos[16] só do programa "Minha Casa Minha Vida" [17], que devem oferecer 2378 unidades habitacionais, segundo informações do Ministério das Cidades (2013). Atualmente a população local já sofre com problemas cotidianos como os intensos congestionamentos, enchentes e a precariedade dos serviços públicos coletivos, e com a retomada do crescimento populacional nesta área já densamente ocupada, há uma tendência de aumento da demanda, que até o momento não é acompanhada pelos investimentos necessários.

Outro aspecto a ser problematizado diz respeito ao perfil social do público atendido por esses novos empreendimentos. Financiado pela Caixa Econômica Federal, o "slogan" do programa "Minha Casa Minha Vida" diz que ele visa aumentar a oferta de habitação popular, mas na realidade há uma crescente elitização do mercado

[15] Sobretudo a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016.
[16] Entre construídos e em construção.
[17] Cabe ressaltar que existem uma série de outros empreendimentos imobiliários de condomínios exclusivos em curso na região que não são ligados ao Programa "Minha Casa Minha Vida", como, por exemplo, o "Viva Penha", na área do antigo Curtume Carioca, na Penha, destinado à classe média, cujas unidades não custam menos de R$250 mil.

imobiliário (MARTINS, 2012). As opções para pessoas cuja renda está na "faixa" de até 3 salários mínimos (a menor do programa), se concentram na periferia urbana, sobretudo na Baixada Fluminense, áreas denominadas por Rolnik (2012) como "sem cidade e fora das normas", dada a sua precariedade. Como a localização dos empreendimentos segue a lógica do mercado e não a da sociedade, a especulação imobiliária acaba por provocar a expansão periférica da metrópole, gerando mais gastos com a expansão da infraestrutura, ao invés de aproveitar e readequar os espaços subutilizados da área urbana consolidada (ROLNIK, 2012, MARTINS, 2012).

4.2.5 Área Verde



Figura 13: Fotografia aérea da Serra da Misericórdia – vertente Engenho da Rainha. Autor: Rafael Carvalho.

A área verde da Serra da Misericórdia é em grande parte marcada pelo abandono generalizado por parte do poder público e desconhecimento de sua existência e potencial por parte da maioria da população local. Carvalho (2011) sintetizou os principais impactos ambientais na Serra, sendo eles recorrentes em outras UCs do Rio de Janeiro: pressão por ocupações "desordenadas" das comunidades de baixa renda, incêndios provocados por oferendas religiosas, usuários das trilhas (como forma de "manejo" da vegetação), criadores de animais e incineração do lixo, acumulado em vários pontos nos limites das favelas.

Inexistem ações de fiscalização ou que ofereçam alternativas a essas agressões ambientais, tendo as instituições locais grandes dificuldades para enfrentá-las. Outro

problema é que como não há um sistema de comunicação social público que informe sobre as UCs e sua importância, a área verde se apresenta como uma grande área abandonada, uma espécie de grande "terreno baldio" (CARVALHO, 2011). Acredita-se que essas situações se devem, em parte, ao fato de que praticamente não há uma opção de uso para os moradores que compatibilize a preservação ambiental com o desenvolvimento local. As únicas alternativas nesse sentido são propostas por ONGs locais, cuja atuação é localizada e não incentivada pelo poder público.



Figura 14: Acúmulo de lixo e entulho nas imediações da área verde, em Olaria. Em vermelho, um ecolimite. Foto do autor.

O desinteresse do poder público pela área é, em parte, devido ao seu estado degradação ambiental[18]. A despeito disso, a área da APARU ainda apresenta mais de 60 hectares de áreas de floresta, que cumprem importantes funções sociais e ambientais para os moradores do entorno. Existem também mais de 470 hectares de "campo antrópico", ou seja, áreas cobertas por vegetação gramíneo-herbácea, consideradas degradadas, mas passíveis de serem reflorestadas.

Por outro lado, esse índice revela um grande potencial para o desenvolvimento de atividades agrícolas e agroflorestais, ou seja, que integrem a restauração de funções

[18] O caráter "ecologizado" da administração pública é exposto por Compans (2007) e pôde ser por nós comprovado na reunião da Câmara Técnica de UCs do CONSEMAC, quando a gerente de Unidades de Conservação da cidade do Rio de Janeiro, Sra. Sônia Peixoto, expôs que o primeiro critério para o estabelecimento das UCs é a integridade ecológica. Outros técnicos da prefeitura reiteram este posicionamento, nessa mesma reunião e em outras ocasiões, para integrantes da ONG Verdejar.

ecossistêmicas com a produção de alimentos saudáveis e o desenvolvimento local das comunidades do entorno. É importante salientar que existem iniciativas de instituições e moradores locais que praticam agricultura em seus quintais, sobretudo nas casas que fazem fronteira com a área verde. Uma das propostas do Verdejar é a de que essas últimas casas sejam transformadas em sítios agroflorestais, com o objetivo de se criar um "ecolimite" inclusivo, ao invés de se tentar afastar a população da área verde[19]. No momento, esta instituição pretende realizar uma articulação entre os praticantes de agricultura na Serra da Misericórdia, de modo a fortalecer e ampliar esta atividade.

<table>
<tr><th>Área total (ha)</th><th>Áreas naturais (ha)</th><th colspan="2">Áreas antrópicas (ha)</th></tr>
<tr><td>3.598,66
(100%)</td><td>63,02
(1,75%)</td><td colspan="2">3.535,64
(98,25%)</td></tr>
<tr><td rowspan="2"></td><td>60,48 Floresta alterada</td><td>Área Urbana</td><td>2 849,15</td></tr>
<tr><td rowspan="2">2,54 Águas interiores</td><td>Área Urbana não Consolidada</td><td>136,44</td></tr>
<tr><td>Campo Antrópico</td><td>474,80</td></tr>
<tr><td></td><td>Solo Exposto e Área de Mineração</td><td>75,26</td></tr>
</table>

Quadro 7: Classes de Uso do Solo e Cobertura Vegetal no interior da APARU da Serra da Misericórdia – 2001. Fonte: IPP, 2004.

Outro potencial a ser explorado é o uso turístico e de lazer. Estes, vale dizer, já ocupam certo espaço na agenda política, como mostram os decretos de UCs na área. Com a criação do Parque Urbano, atividades como caminhadas ecológicas, *Mountain bike* e *Rapel*, que também já ocorrem na Serra, tendem a crescer, movimentando a economia local.

[19] Vale contextualizar que, em fins dos anos 90, quando a ONG Verdejar iniciou seus trabalhos de preservação da Serra da Misericórdia, evitando um loteamento ilegal e outras investidas na área próxima à comunidade Sérgio Silva, foi implantado um reflorestamento de emergência pela prefeitura, com a maioria de indivíduos da espécie Sabiá (*Mimosa Caesalpiniaefolia*), planta bastante rústica e agressiva, com muitos espinhos e madeira dura. Nossa interpretação é de que esta foi uma estratégia para separar as pessoas da área verde. No caso, além do impedimento ou dificuldade para se construir, para os vizinhos da área há uma dificuldade de utilizar o espaço para outros fins, dado o adensamento dos galhos dessa planta. Como ressaltou Carvalho (2011), expressivas áreas na Serra da Misericórdia são recobertas por esta espécie, que é proveniente da Caatinga e considerada espécie invasora.



Figura 15: Fotografia do “lago azul do alemão”, como ficou conhecido pelos moradores locais. Fonte: vinitrix.wordpress.com.

O maior indicativo dessa demanda foi o fato ocorrido em 2011, quando surgiu um enorme “lago azul”, em uma cava das pedreiras, atraindo centenas de moradores das comunidades do entorno. Apesar de sua cor cristalina sugerir que a água fosse de lençol freático, logo após algumas semanas de uso intenso pelos moradores do complexo do alemão, a empresa drenou a água, respaldada por um laudo técnico do INEA, que atestou haver metais pesados na mesma.

Diante da inadequação da oferta de serviços de saneamento em favelas cariocas, uma criativa solução dos moradores é a captação de água das nascentes. IBASE (2005) revela que pelo menos 63 delas são utilizadas para este fim no Parque Nacional da Tijuca. Sabe-se que na Serra da Misericórdia também há este uso (BARROS, 2012), não havendo um levantamento da quantidade de pessoas beneficiadas. Além disso, existem várias nascentes não mapeadas pela literatura científica na área (CARVALHO, 2011).



Figura 16: Criança coletando água da nascente na Serra da Misericórdia.

4.2.6 Ações da sociedade civil

Atualmente, existem pelo menos três entidades ambientalistas que tentam reverter este cenário de abandono. São elas: ONG Verdejar Socioambiental, com sedes no Engenho da Rainha e Olaria; Centro de Educação Multicultural (CEM), na Penha, ambas apostando principalmente na Agroecologia e Permacultura como ferramentas para a transformação social e ambiental da região. Já a ONG Bicuda Ecológica, instalada em Vila Kosmos, tem um histórico de mobilização política e atualmente centra seus esforços através de uma rádio comunitária.

Verdejar Socioambiental

A ONG Verdejar é considerada o grupo protagonista da luta por justiça ambiental e valorização do patrimônio da Serra da Misericórdia. Surgiu em 1997, a partir da iniciativa de moradores que freqüentavam a área para a prática de esportes e lazer, que se empenharam em preservar um trecho da Serra próximo à comunidade Sérgio Silva, no bairro Engenho da Rainha.

Após muita resistência - desde a ação direta, articulação com entidades da sociedade civil e autoridades - o grupo conseguiu evitar que o trecho fosse loteado e desde então realiza projetos e ações para a recuperação e educação ambiental, produção agroecológica e geração de renda, através de uma horta comunitária e um Sistema Agroflorestal (SAF). Também promove uma série de eventos como caminhadas ecológicas, oficinas e mutirões, se constituindo como um espaço de troca de saberes e experimentação de técnicas produtivas. Suas atividades são abertas ao público e envolvem moradores, estudantes e demais interessados.



Figura 17: Caminhada ecológica realizada pela ONG Verdejar com moradores locais na Serra. Fonte: Verdejar Socioambiental.

Nos últimos anos, a ONG consolida uma proposta que visa estimular o uso de técnicas da Agroecologia e Permacultura, populares e de baixo custo, promovendo a geração de renda e ambientes mais saudáveis.

Em termos de articulação política, o grupo participa das seguintes redes: Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA); Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ); Rede Carioca de Agricultura Urbana; Grupo de Articulação da sub-bacia do Canal do Cunha, Rede Ecológica, além do envolvimento com diversas entidades populares do Complexo do alemão.

Nesse sentido, o grupo possui uma trajetória de militância reivindicatória, de modo a influenciar as políticas públicas. Essas reivindicações visam à execução de

projetos e o cumprimento da legislação para a Serra, com destaque para a de proteção ambiental. Como fruto das intervenções em diversos espaços, uma das principais conquistas foi a promulgação do decreto de criação da APARU, em 2000.

Simas (2007) e Barros (2012) comentam que a militância do Verdejar contribui para sintetizar a luta por justiça ambiental e direitos das comunidades, pelo fato de a questão da Serra envolver uma extensa área cujos habitantes sofrem os mesmos problemas. O ponto forte dessa aglutinação foi a criação do Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia (CDLSM), que envolve, além do Verdejar, o Instituto Raízes em Movimento, o pré-vestibular comunitário Éfeta, entre outros (BARROS, 2012). Trata-se de uma rede de cooperação que pauta a questão ambiental e a luta pelos direitos dos moradores do complexo do alemão e adjacências.

Bicuda Ecológica

A Bicuda Ecológica foi a primeira ONG a levantar a bandeira ecológica na Serra da Misericórdia, sendo constituída em 1992, no "calor" da conferência Rio 92. Formada por moradores, pais e alunos da escola Cecília Meirelles, realizou atividades de "plantio de mudas, caminhadas ecológicas, luta pela preservação, reflorestamento e criação de um parque ecológico ou área de proteção ambiental" [20]. A rádio bicuda (1993) envolve a luta pela democratização dos meios de comunicação, além de ser um veículo para promover a educação e mobilização ambiental.

Resultados importantes conquistados por esse grupo foi a instauração de um inquérito sobre a Serra da Misericórdia no Ministério Público, o reflorestamento da prefeitura em 1996, "conquistado" após uma reunião com o secretário de meio ambiente da época.

O grupo também tem uma considerável trajetória militante em redes de movimentos e ONGs, bem como espaços de governança e participação social junto a entes públicos. Já possuiu vaga no CONSEMAC e, recentemente conquistou uma no comitê da Baía de Guanabara. Atualmente, seu único projeto e, curso é a rádio comunitária homônima. [21]

[20] Informações obtidas no site www.bicuda.org.br
[21] informação pessoal por email, 31/07/2013.

Centro de Educação Multicultural (CEM)

O CEM é um grupo de caráter ecológico e artístico-cultural, formado em 2010 por artistas, moradores, produtores culturais e ambientalistas residentes nas proximidades do bairro da Penha[22], que, inspirados por Luiz Poeta[23] e pelo Verdejar, passaram a desenvolver atividades com o objetivo de implementar um "*centro de referência em formação artística, cultural e ambiental no Complexo da Penha, baseados no conceito de Desenvolvimento Sustentável*"[24].

Sua atuação consiste em promover: "*oficinas arte-educativas e de cunho ambiental* (...) *palestras, dinâmicas, exposições, mutirões, trilhas interpretativas e fomento da produção artística com materiais reutilizados*" (op. cit.). Na área verde o grupo implantou um viveiro de mudas e um sistema agroflorestal. Também possui um ateliê de construção de móveis e outros objetos reciclados, está construindo um galinheiro e, desde o final do mês de julho, iniciou uma formação de agentes ambientais para moradores das comunidades próximas[25]. Em termos de articulação política, estão participando da "rede da Penha", que congrega a sociedade civil, comerciantes e instituições governamentais atuantes na área.



Figura 18: Viveiro de mudas do CEM. Fonte: aliancapelamisericordia.blogspot.com.br

[22] A sede do grupo fica na favela do Grotão.
[23] Fundador da ONG Verdejar, Luiz foi um pioneiro ambientalista e líder comunitário, se tornando uma referência para o movimento local ao ter dedicado sua vida a esta causa.
[24] Informações do blog aliancapelamisericordia.blogspot.com.br
[25] Comunicação pessoal no dia 29/06/2012, durante um mutirão do grupo.

5 POLÍTICAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS

5.1 Programa Mutirão de Reflorestamento



Figura 19: Área Manejada pelo Projeto "mutirão de reflorestamento" na Serra da Misericórdia. Foto tirada pelo autor em outubro de 2012.

Pode-se afirmar que a principal intervenção do poder público na Serra da Misericórdia é o programa Mutirão de Reflorestamento, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC). No site da prefeitura e em outros documentos de divulgação anuncia-se o plantio de 5 milhões de mudas numa área de cerca de 2 mil hectares em toda a cidade. Além disso, também se exalta a "integração social" do projeto, já que a mão de obra utilizada é de moradores de favelas próximas de suas áreas de atuação. Afirma-se contar com 700 "plantadores" e cinco viveiros, onde são produzidas as mudas (SMAC, PCRJ, 2013).

Apesar da escassez de informações oficiais mais detalhadas, a observação *in loco* nos leva a concordar com Carvalho (2011), que descreveu a pouca diversidade de espécies utilizadas, bem como a perda de um número considerável de exemplares introduzidos, principalmente devido à falta de cuidados e incêndios. Numa ocasião, teve-se acesso ao folder comemorativo dos 20 anos do programa, no qual se destaca a sua premiação pela ONU, exibindo fotografias de "antes" e "depois" das intervenções, em vários morros da cidade, que no passado eram cobertos por vegetação gramíneo-

herbácea e agora apresentam densa cobertura arbórea. Entretanto, ao visitar algumas dessas áreas, nota-se a pouca biodiversidade, sendo a maioria espécies pioneiras exóticas, como a Leucena (*Leucaena Leucocephala*) ou o Sabiá (*Mimosa Caesalpiniaefolia*), além do lixo acumulado sobre o solo.

Segundo um relatório final da gestão municipal, que encerrou o seu mandato em 2004, na Serra da Misericórdia teria recebido as seguintes "frentes" do programa.

Ano	Obra	Bairro	Área Plantada até 08/2004 (ha)	Mudas Plantadas até 08/2004
1987	VILA DOS MINEIROS	TOMÁS COELHO	3,00	5.000
1988	BURITI/CONGONHAS/SAPÊ	MADUREIRA	15,00	37.500
1988	JURAMENTO	VICENTE DE CARVALHO	12,00	24.000
1990	MORRO DO ALEMÃO	RAMOS	28,50	71.500
1991	SERENO	PENHA	3,00	4.000
1991	MORRO DO CARICÓ	PENHA	26,60	66.000
1992	PARQUE LICURGO	MADUREIRA	20,55	51.354
1992	FAZ QUEM QUER	ROCHA MIRANDA	5,00	16.100
1995	JARDIM DO CARMO	VILA KOSMOS	28,00	69.682
1995	SERRINHA	MADUREIRA	30,94	77.595
1997	INACIO DIAS	PIEDADE	34,36	65.335
2000	SERRA DA MISERICÓRDIA	TOMÁS COELHO	4,66	9.962

Quadro 8: "Frentes" de atuação do Programa mutirão de reflorestamento até 2004 na Serra da Misericórdia. Fonte: SMAC, PCRJ (2005).

Segundo PARIS JR et al (2011), atualmente estão em execução frentes deste projeto nas comunidades Jardim do Carmo (fase de implantação, 28,2 ha, 71.000 mudas), Morro da Fé (implantação paralisada, Vila da Penha, 16 ha, 40.000 mudas), Morro do Sereno (Penha, Manutenção, 10 ha, 25.000 mudas), Serra da Misericórdia (Comunidades Nova Maracá e Sérgio Silva, em Tomás Coelho e Engenho da Rainha

respectivamente, Implantação paralisada, 4,7 ha, 10.000 mudas) e Morro do Alemão (Olaria, Manutenção, 29,5 ha, 71.500 mudas).

5.2 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Segundo informações do Observatório das Metrópoles (2011), o Complexo do Alemão - maior conjunto de favelas da Serra da Misericórdia - recebeu uma série de obras, nas áreas de habitação, saneamento e mobilidade urbana, além da instalação de diversos equipamentos urbanos coletivos (creches, escolas, centros de saúde etc). No total, foram investidos aproximadamente oitocentos milhões de reais, sendo a área com maior volume de investimentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Metade deste recurso foi destinado à construção do teleférico, que não era considerada uma prioridade pelos moradores (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2011).

No tocante à habitação, foram reassentadas cerca de 850 famílias, número considerado insuficiente em relação ao total de removidos, com denúncias de violações de direitos, remoções forçadas, indenizações ínfimas, atrasos nos pagamentos e falta de participação e controle social no processo (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2011; BARROS, 2012; ROLNIK, 2012). Entidades locais também denunciam uma série de obras inacabadas e de má qualidade, por exemplo, com o esgoto a céu aberto sendo despejado nos rios próximos, além de haver entulho e acúmulo de lixo em diversos pontos das comunidades.



Figura 20: Acúmulo de lixo e esgoto a céu aberto no Complexo do Alemão.
Fonte: Coletivo “Pensa Alemão” [26].

5.3 Unidades de Tratamento de Rios (UTR)

Na esteira dos megaeventos previstos para a cidade, o governo do estado lançou o “Plano Guanabara Limpa”, no qual constam 12 iniciativas para “sanear” as águas da Baía de Guanabara, atingindo a meta de 80% de tratamento do esgoto que chega a este corpo hídrico, conforme acordo firmado com o COI (Comitê Olímpico Internacional). Um dos programas do Plano prevê a instalação de cinco UTRs na foz dos rios mais poluídos que deságuam na Baía. Os canais que possuem as duas maiores sub-bacias sob influência da Serra da Misericórdia devem ser contemplados, o Rio Irajá e o Canal do Cunha, responsáveis respectivamente por 12% e 7% da carga de poluentes que chegam à Baía.

[26] Este coletivo foi criado em 2012 por instituições locais, como o Instituto Raízes em Movimento e o Éfeta com o objetivo de denunciar obras inacabadas, violações de direitos e impactos das obras do PAC nas comunidades.



Figura 21: Cartograma das UTRs previstas, segundo o seu estágio de implantação. Retirado de SEA (Secretaria de Estadual do Ambiente, 2012).

A UTR do rio Irajá, que pretende tratar cerca de 90% de seu esgoto, está em construção, com a previsão de R$40 milhões em investimentos. Esse rio nasce no Morro do Juramento[27] e atravessa os bairros de Vicente de Carvalho, Vaz Lobo, Irajá, Brás de Pina, Vila da Penha e Cordovil, antes de desaguar na Baía.

Uma crítica fundamental a essa proposta é a mesma que tem sido feita a várias "obras olímpicas", que visam à realização dos eventos sem necessariamente promover melhorias na qualidade de vida da população. É claro que, à primeira vista, é do interesse público "despoluir" a Baía. Entretanto, se questiona: não seria mais importante fazer isso priorizando obras para o saneamento dos diversos assentamentos urbanos ao longo da sub-bacia? Pois, como a unidade ficará na foz do rio, milhares de pessoas que vivem à montante desta não se beneficiarão, permanecendo sem esse serviço essencial. Além disso, as recorrentes enchentes que causam enormes prejuízos devem continuar a ocorrer.

Segundo uma matéria da própria SEA, órgão proponente da obra:

> "*Diante das dificuldades de se implantar, na fonte, redes de coleta e de tratamento de esgoto em áreas populares já densamente ocupadas, as UTRs se constituem em uma alternativa de saneamento, ao tratar o leito de um rio que recebe inúmeros despejos de esgoto*" (SEA, 2012).

[27] Morro que faz parte do Maciço da Serra da Misericórdia.

Ou seja, mais uma vez se utiliza um argumento supostamente técnico para "justificar" a não realização de um investimento prioritário para um conjunto maior de pessoas. Ao invés disso, atende-se aos interesses de grupos privados, com intervenções paliativas, apesar de exaltadas por alguns setores midiáticos e profissionais, como mostra o vídeo que se segue à matéria.

5.4 Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)

As Unidades de Polícia Pacificadora das favelas dos Complexos da Penha e do Alemão foram implantadas em 2012, após uma ocupação pelo exército iniciada em novembro de 2010[28].

Entretanto, apesar da exaltação que é feita pela mídia e pelo governo, que afirmam ser essa política uma verdadeira panaceia em matéria de segurança pública, são recorrentes as notícias de confrontos entre policiais e traficantes, que ainda permanecem com suas atividades nas favelas. Entretanto, de fato não exercerem mais o controle territorial de modo ostensivo como outrora (BARROS, 2012). O mesmo autor, após entrevista com moradores, sugere que a incidência de crimes dentro das favelas teria aumentado. Diante disso, há que se relativizar a retomada do controle territorial por parte do Estado.

Uma matéria recente do Jornal do Brasil[29] denunciou a precariedade das condições de trabalho dos policiais nas UPPs do Alemão, que seriam mais vulneráveis do que as da zona sul, por exemplo. Sobre isso, vale destacar que as UPPs são instaladas prioritariamente nos bairros nobres ou que sediarão os Megaeventos, como o entorno do Maracanã e a zona sul, em vez das áreas com maiores índices de violência.

Outra questão importante é o alto custo para se manter as unidades, que correspondem ao maior investimento em segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, cobrindo uma extensão muito limitada se comparada com o total dessa unidade da federação. Em 2014 serão gastos pelo menos setecentos e vinte milhões de reais, parte dos quais na contratação de doze mil policiais (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

[28] Fonte: www.upprj.com
[29] Fonte: www.jb.com.br/rio/noticias/2012/07/30/upp-o-outro-lado-da-moeda-que-so-os-policiais-que-estao-nelas-conhecem/

Apesar de terem reduzido o número de homicídios e inserido as favelas no mercado formal de bens serviços, as UPPs contribuem também com um intenso processo de especulação imobiliária, gerando grandes aumentos do custo de vida nas favelas "pacificadas". Tem sido comum a chamada "expulsão branca" de vários antigos moradores (op. cit.). No alemão, um presidente de associação de moradores precisou deixar sua casa pelo aumento exagerado do preço do aluguel.

Essa política se insere no contexto da *city-marketing*, no qual o Estado garante a segurança, através de um armamento caro e ostensivo, para os investimentos privados - as favelas são grandes mercados consumidores - e a realização dos Megaeventos. O Complexo do Alemão, por exemplo, apresenta grande fluxo turístico, registrando o seu teleférico um volume de turistas maior que o do corcovado.

Teoricamente, junto com a estrutura policial, deveria se promover também os serviços públicos essenciais. No site da UPP social[30], canal de diálogo que se propõe a mobilizar políticas e serviços municipais para essas localidades, há informações sobre vários projetos de cunho social. Entretanto, nem todos estão disponíveis para todas as comunidades, não havendo informações com a quantidade de pessoas atendidas. Diante da persistência de diversas matérias jornalísticas e reivindicações de moradores sobre a precariedade dos aspectos urbanísticos das comunidades "beneficiadas", contesta-se o real poder de mudança da realidade dessas ações[31].

5.5 Projeto Comunidades Verdes

O projeto foi proposto pela Superintendência de Território e Cidadania (STA), da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA/RJ), um órgão que implanta alguns projetos socioambientais pontuais nas comunidades com UPP. Seu objetivo é promover a "*capacitação profissional, geração de renda e inclusão produtiva, na perspectiva da economia verde*"[32].

O "Comunidades Verdes" está presente em cinco favelas: Formiga (Tijuca), Fallet-Fogueteiro (Santa Teresa), Batan (Realengo) e "Casinhas" (Complexo do Alemão) e chamou atenção por oferecer cursos sobre técnicas de jardinagem, plantio de

[30] www.uppsocial.org
[31] Vide, por exemplo: www.jb.com.br/rio/noticias/2011/11/28/apos-um-ano-de-ocupacao-moradores-classificam-obras-no-alemao-como-maquiagem
[32] www.stcambiente.com

mudas e reflorestamento, com a intenção de melhorar o microclima e amenizar processos erosivos nas comunidades, aliando isso à geração de emprego e renda, e, posteriormente formação de empreendimentos que ofereçam serviços nestas áreas.

Na teoria, ótimas ideias, no entanto, a partir do convívio pessoal e na militância com pessoas que trabalharam no projeto, tivemos acesso a uma série de problemas da gestão, como atrasos nos pagamentos e repasse de recursos para a ONG executora[33], precariedade dos espaços e falta de equipamentos, dentre outros. Mesmo assim, os oficineiros relataram grande ânimo dos moradores participantes em desenvolver as atividades produtivas.

Segundo o site oficial[34], o projeto "capacitou" 120 pessoas, e 40 desses continuam trabalhando, ganhando uma "bolsa" mensal para dar continuidade à produção como "jardineiros comunitários".

[33] ISER (Instituto de Estudos da Religião).
[34] www.stcambiente.com

6 LEGISLAÇÃO

6.1 Plano Diretor

O primeiro documento oficial a mencionar a Serra da Misericórdia enquanto área a ser protegida é o Plano Diretor de 1992. O estabelecimento de uma UC é prevista nas diretrizes do uso e ocupação do solo da AP3. Além da Serra, ele também menciona a Igreja da Penha, o Parque Ary Barroso e a Fazendinha da Penha, que possuem áreas bem menos expressivas. Estabelece também três "*Macrozonas de restrição à ocupação urbana*": uma na Serra da Misericórdia, outra no Morro do Juramento e a última no Morro do Sapê [35] (PCRJ, 1992).

Há menção sobre outras demandas que posteriormente seriam reivindicadas pelos movimentos sociais locais, no artigo 67: necessidade de criação de áreas verdes; conversão das áreas de mineração para o lazer e investimentos em saneamento (op. cit.).

Esta lei foi revogada pelo atual Plano diretor de desenvolvimento Urbano Sustentável do Rio de Janeiro, publicado em 2011 (PCRJ, 2011). Segundo ele, toda AP3 está na chamada "*Macrozona de ocupação incentivada*", que prevê em sua Seção II:

> *"Art. 33. A ocupação urbana no Município se orientará segundo os seguintes vetores de crescimento:* (...) *IV - pela intensificação da ocupação nas Macrozonas de Ocupação Incentivada e de Ocupação Assistida, junto aos centros de comércio e de serviços, às áreas industriais e aos eixos viários estruturadores do espaço na Zona Norte e da Leopoldina e na Zona Oeste;"* (PCRJ, 2011).

Determina assim que se dê prioridade à "*melhoria geral do ambiente urbano e das condições de ocupação*", através do incentivo à produção de moradias de interesse social, urbanização de favelas e sua regularização urbanística e fundiária, reaproveitamento de estruturas subutilizadas e degradadas, além da criação de áreas de lazer (e verdes). Mais uma vez, é determinada a instituição de UC na Serra da Misericórdia, que já havia sido criada em 2000, como se examinará adiante (op. cit.).

[35] Os morros do Juramento e do Sapê fazem parte do maciço da Serra da Misericórdia.

6.2 Uso e ocupação do solo

O decreto 322/76 regulamenta o uso e a ocupação do solo na cidade. A maior parte dos bairros da AP3 se insere na ZR5 (Zona residencial 5), a mais permissiva, que admite diversos usos comerciais e residenciais proibidos em outras zonas, incluindo por exemplo ferro-velho, marcenaria, serralheria e galpões. Há também trechos de outras zonas, a saber: ZR-4: Vila Kosmos, Quintino, Encantado e Abolição; e Zona Industrial 1: Partes de Inhaúma, Bonsucesso e Complexo do Alemão. As ZR-4 e a ZR-3, também presentes na área, são um pouco mais restritivas que a ZR-5, e se diferenciam entre si pelo tamanho mínimo dos lotes, enquanto nas ZR's 4 e 5 é de 225 m², na ZR-3 esta área varia entre 360 e 600 m². Os bairros Penha e Penha Circular são definidos como Zona residencial Multifamiliar, tolerando prédios com maiores gabaritos. Acima da cota de 100m, o decreto classifica como reserva florestal, sujeitas à proteção ambiental (PARIS JR et al, 2011; SMAC, 2006).

Já o decreto 8321/88 que estabelece o Plano de Estruturação Urbana (PEU) da Penha, implanta o zoneamento dos bairros Penha, Penha Circular e Brás de Pina. Impõe as condições para a ocupação de encostas com inclinação acima de 20%, onde só é permitido o uso residencial unifamiliar e instituições filantrópicas. Delimita também zonas industriais nesses bairros e reduz o gabarito máximo, de modo a permitir a visibilidade da Igreja da Penha (PCRJ, 1988). Em relação à proteção ambiental, cria as áreas: de especial interesse em torno da igreja da Penha; APA (Área de Proteção Ambiental) da Igreja da Penha; e APA da "Fazendinha da Penha", às margens da Av. Brasil.

Em 2010, foi editado o Projeto de lei complementar 38, que altera o decreto supracitado. De modo geral, como denuncia em seu *blog* a ex-vereadora Sonia Rabello[36], esta lei visa promover uma "renovação urbana" numa área considerada "estagnada". Para isso, torna mais permissivas as normas de uso e ocupação do solo, contribuindo com o mercado imobiliário em detrimento do interesse público, já que, segundo o veículo, amplia o gabarito máximo permitido para construções e não aborda questões como habitação de interesse social e a valorização do patrimônio histórico e cultural, equipamentos públicos ou criação de áreas verdes e de lazer. Tudo isso teria

[36] www.soniarabello.com.br/olhe-bem-as-torres-da-igreja-da-penha-2

sido feito sem o conhecimento nem a participação dos atores locais. A justificativa para a alteração apresentada pelo decreto é a seguinte:

> "*Estimular a reversão do quadro atual de pouca renovação urbana é um dos focos principais. Nesse sentido, a necessidade de se ampliar as possibilidades de edificar aparece como uma necessidade, mas, numa Cidade, onde algumas áreas são altamente valorizadas por elementos naturais, em especial a faixa litorânea, se quisermos buscar um diferencial positivo para o subúrbio, havemos de focalizar a dimensão humana desse tecido urbano, que ainda se mantém com ares de cidade pequena em muitos pontos"* (PCRJ, 2010).

6.3 Legislação Ambiental

Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU)

A publicação do decreto 19.144/2000, que cria a Área de proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU), primeira Unidade de Conservação da Serra da Misericórdia, é considerada uma das mais importantes vitórias do movimento ambientalista local. Isso se deu num contexto de intensa mobilização da sociedade civil, liderada pelos grupos: Verdejar, Os Verdes, CONSA (Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão), Bicuda Ecológica e o CEPEL (Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina). Essa mobilização teve o seu ápice com a realização do 1º Seminário da Serra da Misericórdia, quando o poder público assumiu o compromisso de instituir a APARU. Esta UC ocupa 3.695 hectares e tem seus limites sobre avenidas movimentadas, fazendo com que nela esteja inserida, além das áreas verdes, a densa malha urbana de seu entorno (SIMAS, 2007; CARVALHO, 2011). Os objetivos da APARU são (PCRJ, 2000:2):

> "*Art. 2º (...):*
> *I. recuperar parte dos domínios originais de mata Atlântica da região;*
> *II. promover a compatibilização entre o aproveitamento do solo e a defesa do meio ambiente, mediante a revisão dos parâmetros de uso e ocupação do solo;*
> *III. promover a regularização das favelas existentes, nos seus aspectos fundiário, urbanístico e ambiental;*
> *IV. promover o controle do crescimento das favelas existentes;*
> *V. estabelecer prioridades para projetos e ações de recuperação ambiental e urbanística em sua área;*
> *VI. proteger e recuperar os mananciais existentes;*

> *VII. desenvolver a recreação, o lazer e o ecoturismo compatíveis com os demais objetivos da APARU e com o Plano de Manejo a ser criado para a área;*
> *VIII. promover o desenvolvimento de programas de educação ambiental;*
> *IX. ampliar o patrimônio ambiental público do Município;*
> *X. preservar e ampliar a biodiversidade;*
> *XI. melhorar a qualidade de vida da população local".*

Neste decreto, se observa a preocupação com a proteção ambiental e a "ameaça" do crescimento de favelas sobre a área verde, como de praxe na gestão de UCs. Por outro lado, há também objetivos focados na promoção de direitos sociais.

Como até hoje não houve a regulamentação, não existem instrumentos que garantam uma efetiva conservação, sejam eles jurídicos, como Conselho Gestor e Plano de Manejo; logísticos, como Sede, Centros de Visitantes e corpo de funcionários. Não há sequer meios de comunicação que informem a existência da UC. As únicas ações do poder público durante esse período foram: a instalação de "*eco-limites*", trilhos de ferro que limitam *in situ* a expansão de algumas das favelas que circundam a Serra; algumas frentes do Programa "Mutirão de Reflorestamento" e ações pontuais de fiscalização e autuação de práticas consideradas delituosas (SIMAS, 2007; CARVALHO, 2011). Ou seja, ações relativas à recuperação ambiental ou à repressão da ocupação.

Em 2001, chegou a ser criado um Grupo de Trabalho composto por técnicos da prefeitura, com o objetivo de regulamentar a unidade. Esse grupo se reuniu em doze ocasiões, três abertas à sociedade civil, totalizando seis meses de existência. Durante esse período, realizaram levantamentos sobre a legislação e a situação da área, uma espécie de diagnóstico preliminar, sem concluir o objetivo, a regulamentação (PCRJ, 2006). Simas (2007) coloca que os motivos seriam: a dificuldade de lidar com uma área tão extensa e urbanizada, e a ausência dessa figura jurídica no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Também comenta que a desmobilização da sociedade civil e o consequente descaso do poder público teriam sido decisivos para isso (op. cit: 101).

No entanto, Carvalho (2011) e Barros (2012) lembram que o próprio SNUC prevê a possibilidade de se estabelecerem outras UCs não previstas no sistema nacional, a critério do CONAMA, desde que não haja nenhuma categoria que satisfaça os objetivos de manejo e a área possua características que justifiquem tal proposição.

Em 2001, foi realizado o Segundo Seminário da Serra da Misericórdia, pelas mesmas entidades que realizaram o primeiro, cujo objetivo principal foi exercer uma pressão política para que enfim a APARU saísse do papel. O principal resultado desse evento foi a publicação da "Carta da Serra da Misericórdia", com 26 propostas para a gestão da unidade, incluindo a criação de espaços para visitação e lazer, o desenvolvimento de pesquisas científicas, a geração de energia limpa, a implantação de transporte não poluente e a criação do Conselho Gestor (CARTA DA SERRA DA MISERICÓRDIA, 2001; CARVALHO, 2011).

Em uma auditoria operacional realizada pelo TCMRJ (Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro), constatou-se que havia previsão de recursos financeiros para a implantação da APARU. Esses recursos deveriam ter sido aplicados entre 2006 e 2009, mas isso não ocorreu. Em todo o município, no período citado, houve uma redução do orçamento para todas as UCs. O documento propõe uma revisão da legislação para que se efetive a regulamentação de várias delas, inclusive a APARU em questão (TCMRJ, 2010).

Parque Municipal

A Segunda UC na Serra da Misericórdia foi instituída em 2006, pelo decreto 27.469, que cria o Parque Municipal da Serra da Misericórdia, no interior da APARU. Trata-se de uma unidade de Proteção Integral, que, apesar de não haver uma delimitação clara, proíbe propriedades particulares em seu interior. Se fosse posto em prática, significaria a remoção de milhares de famílias residentes nas favelas instaladas em suas encostas. Simas (2007) comenta que na época de sua publicação, a notícia do Parque Municipal surpreendeu tanto a ONG Verdejar como o próprio poder público, pois teria sido editado pela Secretaria Municipal de Habitação, sem a participação de outros órgãos municipais, muito menos da sociedade civil.

O artigo 36 do Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo do Morro do Alemão (Decreto 27471/2006) prevê a criação do Parque, estabelecendo inclusive as suas diretrizes. Nele se prevê o desenvolvimento de atividades como reflorestamento e educação ambiental, e outras eminentemente repressivas, como a remoção de ocupações irregulares (PCRJ, 2006). Além disso, o Plano dispõe sobre um "projeto ambiental" (art.

36), que inclui desde limitações às construções até a desapropriação das que estiverem próximas às áreas a serem recuperadas (PCRJ, 2006).

Além de toda infraestrutura necessária à visitação, atividades de recuperação ambiental e repressão às práticas consideradas impactantes, destaca-se a instalação de um "Núcleo de apoio veterinário e agronômico", cujas funções não são definidos. Isso deveria ser feito num Plano de Manejo.

Parque Urbano

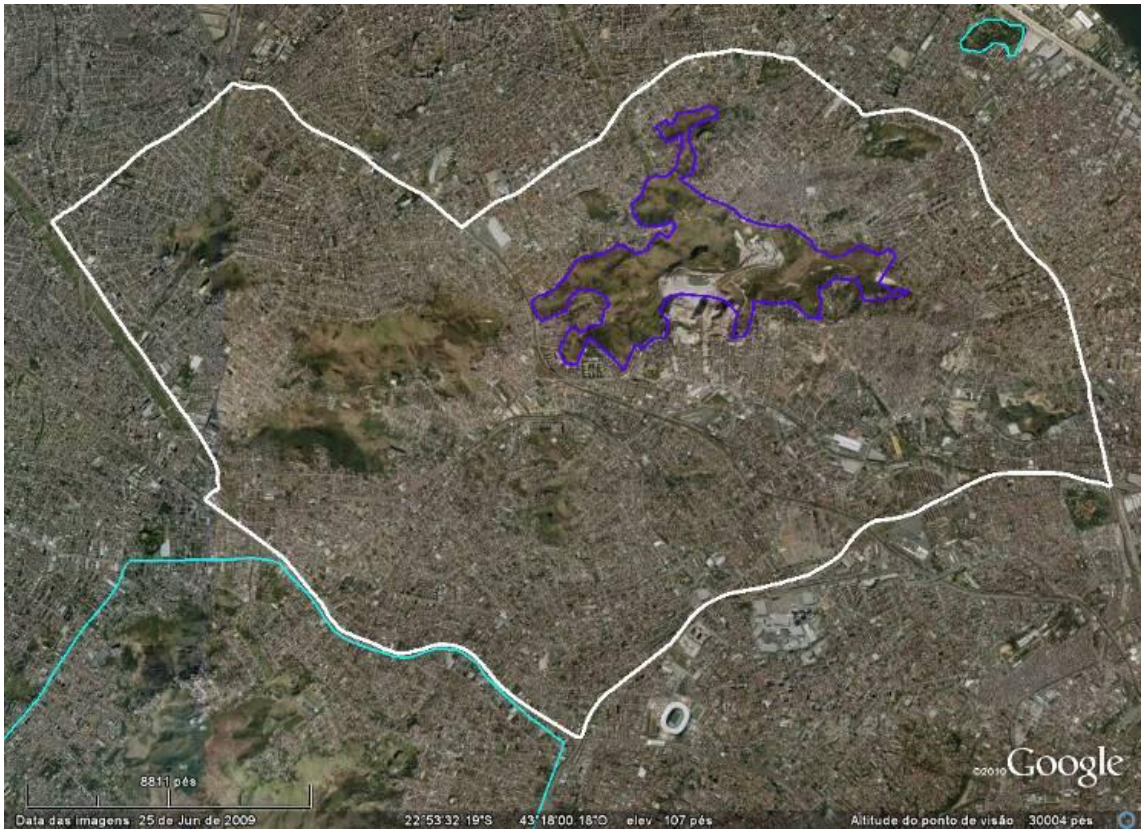


Figura 22: Áreas do Parque Urbano (em roxo) e da APARU da Serra da Misericórdia (em branco). Retirado de Carvalho (2011).

Em 2010, o Parque Municipal perdeu validade legal, sendo "renomeado" (revogado) pelo Decreto 33.280, que cria o Parque Municipal Urbano da Serra da Misericórdia. Agora, portanto, deixa de ser uma UC, se transformando numa área pública destinada ao lazer, atividades culturais, esportivas, de recuperação e educação ambiental.

Seus limites são definidos na porção leste do maciço, e se estendem desde o Morro do Alemão até Tomás Coelho e a Penha (PCRJ, 2010). Quando da publicação deste decreto, a percepção do movimento socioambiental local foi de que se reduziu a proteção ambiental da área, em virtude de se ter extinguido uma UC, ou seja, ocorreu uma flexibilização da legislação. Além disso, existem indícios de que esta lei foi criada para tolerar a implantação de uma subestação de energia elétrica pela concessionária LIGHT SA., que havia sido recusada num primeiro momento em face da proteção instituída pelo Parque Municipal[37].

O Parque Urbano conta com um "Plano Diretor", elaborado pela empresa Darsa Arquitetura, à "convite" da prefeitura. Trata-se de uma proposta inicial, que ainda não se efetivou. Mesmo assim, é rica em detalhes, incluindo uma série de demandas antigas dos movimentos e moradores atuantes na Serra. Além da estrutura para visitação e equipamentos públicos, através dos P.A.S. (Pólos de Atividade Social), há uma regionalização do Parque, dividindo-o em áreas de ocupação e restrição para fins de recuperação ambiental. Propõe também normas para o seu uso, quadro de funcionários, Conselho Gestor deliberativo (que não é obrigatório para este tipo de Parque) e até uma estimativa orçamentária, que totaliza mais de R$36 milhões (PARIS JR et al, 2011).

A previsão inicial era de que ele fosse implantado em 2011, em duas fases, se iniciando pela Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão. No entanto, até o momento, a única ação concreta por parte do poder público foi a instalação dos "ecolimites"[38]. Vale notar que, se não fossem os esforços das entidades locais, é provável que a população local desconhecesse totalmente a função destes "marcadores" próximos às suas residências, dada a inexistência de quaisquer materiais de comunicação.

[37] Informações constantes no processo de licenciamento ambiental da instalação da sub-estação da Light SA. na Serra da Misericórdia, obtido pela ONG Verdejar em 2013.
[38] Parte dos quais já destruída.



Figura 23: “Ecolimites” instalados na Serra da Misericórdia pela prefeitura. Retirado de Carvalho (2011).

As últimas informações obtidas (em agosto de 2012) dão conta que havia uma licitação aberta para a contratação da empresa de engenharia que realizará o projeto final do Parque[39].

O fato de essa nova lei revogar a figura jurídica da UC que havia anteriormente foi de imediato criticado pelos movimentos locais, pois de fato a proteção legal da Serra foi reduzida, o que é inconstitucional, já que o SNUC não permite que um decreto reduza a proteção de uma UC (isso só poderia ser feito por um projeto de lei!). Posteriormente, diante da impossibilidade de se modificar esta situação, pelo menos num curto prazo, as instituições locais vêm buscando - com dificuldades - o diálogo, visando à implantação do Parque com participação e controle social.

As obras para a implantação do Parque da Serra da Misericórdia foram previstas para a 1ª etapa do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que incluíam a

[39] Esta informação foi obtida durante visita técnica de membros da Prefeitura e da CAIXA na área do parque em 28/08/2012.

instalação de muros, cercas e o reflorestamento com 1,2 milhão de mudas, em 29 ha da área verde[40]. Além disso, deveria contar com um campo de futebol, uma quadra poliesportiva, uma pista de skate e um centro administrativo até agosto de 2010. Entretanto, como inúmeras outras obras do programa, apesar inclusive da previsão de recursos, nada foi realizado em relação ao Parque da Serra. Segundo informações divulgadas pela imprensa[41], o Parque deverá ficar para a segunda etapa do PAC, etapa essa que já se encontra em mais de sua da metade concluída, segundo esse mesmo veículo.

Cabe ressaltar que, em agosto de 2012, em meio à euforia da conferência "Rio +20", foi anunciada a liberação de quinze milhões de reais para a construção deste Parque Urbano. Trata-se de um "Fundo Socioambiental" da Caixa Econômica Federal, acessado a partir de uma parceria entre a prefeitura e o Ministério das Cidades. Não há informações sobre a relação deste investimento com o PAC, muito menos sobre a aplicação desse recurso, tendo as instituições locais dificuldades de manterem contato com Secretaria Municipal de Habitação, órgão responsável pelo projeto.

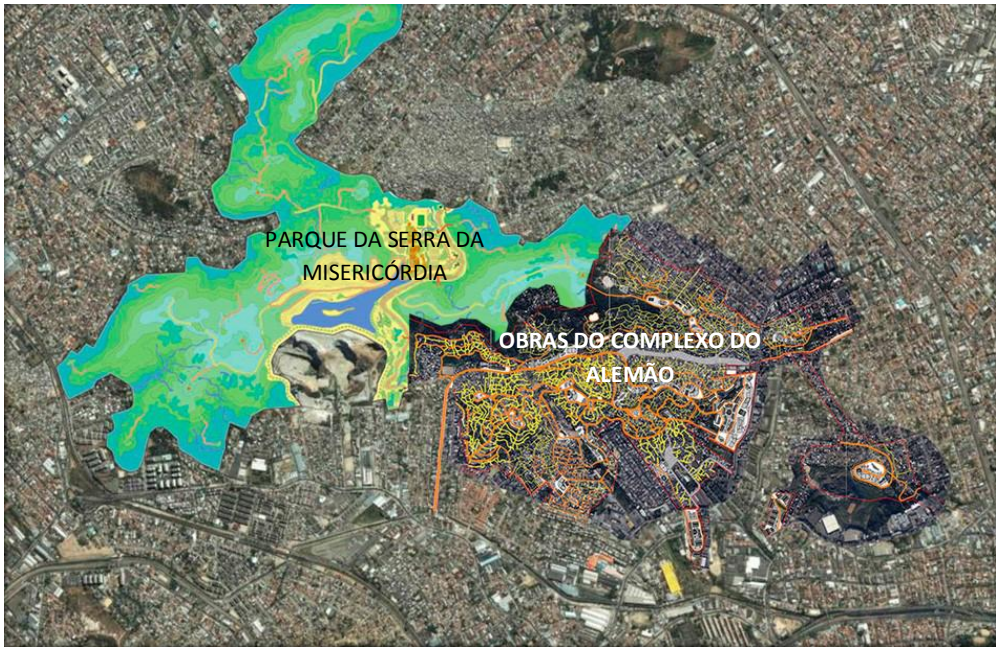


Figura 24: Imagem aérea com as áreas previstas para as intervenções do PAC no Complexo do Alemão e no Parque da Serra da Misericórdia. Retirado de PAC - Rio.

[40] Segundo o seu decreto de criação, o Parque possui 240,91 hectares.
[41] ultimosegundo.ig.com.br/politica/avanco-e-abandono-coexistem-na-obra-que-fez-de-dilma-mae-do-pac/n1597580058896.html

Carvalho (2011) cita ainda a existência de outras Unidades de Conservação na região: Parque Natural Municipal do Jardim do Carmo (Decreto 20.723/2001), nos bairros Penha Circular e Vila Kosmos; uma "autorização" para a criação de um Parque Ecológico em Vila Kosmos (lei 3.980/2005); Parque Ary barroso (tombado pelo decreto estadual 857/1965) e a APA da igreja da Penha (projeto de lei complementar 38/2010).

Após treze anos da publicação da primeira lei que cria uma área protegida na Serra da Misericórdia, o que se observa são ações pontuais do poder público, estando os objetivos dessas unidades muito longe de serem alcançados. Esses e outras problemas, já explorados no capítulo anterior, fizeram com que o autor (op. cit.) enquadrasse a Serra da Misericórdia na denominação "Parques de Papel", ou seja, instrumentos jurídicos que não são colocados em prática pela administração pública.

Há a intenção do poder público de se promover uma reformulação na gestão das áreas protegidas do município. Nesse processo, haveria a recategorização de algumas e a revogação de outras que não teriam razão de existir. A figura modalidade APARU provavelmente seria uma dessas, sendo a da Serra da Misericórdia recategorizada como APA - como sugere Carvalho (2011). Seus limites então seriam alterados, de modo a excluírem-se áreas já ocupadas pela população[42].

Sob o nosso ponto de vista, ao propor uma UC, o governo deveria realizar um minucioso diagnóstico da realidade local, de modo a identificar os usos e atividades que já acontecem por iniciativa dos moradores. Isso possibilitaria potencializar os efeitos benéficos e buscar alternativas para os adversos. O objetivo central deveria ser a melhoria da qualidade de vida dos assentamentos de baixa renda, contribuindo para reverter o atual quadro de miséria e degradação ambiental, que se retroalimentam. Infelizmente, ao invés disso, as UCs são impostas "de cima para baixo", arbitrariamente, longe de transformar os diretamente afetados em protagonistas do processo de recuperação socioambiental.

[42] Essas informações foram obtidas em reunião da Câmara Técnica de UCs do CONSEMAC, realizada em dezembro de 2012, a partir de declarações da atual gerente de UCs do município, Sra. Sonia Peixoto.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo "neodesenvolvimentista" e sua estratégia de integração pelo consumo, adotado pelo governo brasileiro nas últimas décadas, definiu a prioridade dos investimentos em grandes projetos, que enfraqueceram os processos e espaços de planejamento e ordenamento territorial participativo. O melhor exemplo disso são as constantes criações de grandes estruturas, como usinas, siderúrgicas, aeroportos, grandes obras viárias e as obras do PAC que sequer são mencionadas nos planos municipais e não se articulam com as estratégias ou diretrizes do planejamento previsto neles (SALES apud ROLNIK, 2012).

Enquanto as funções do estado provedor são privatizadas, a "questão social" voltou novamente a ser "caso de polícia", com grande parte da mídia contribuindo com a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, garantindo assim a manutenção do *status quo* capitalista.

Com relação à questão ambiental, o discurso oficial, disseminado pelos meios de comunicação de massa, governos e outros agentes, acaba por se constituir como a "opinião pública". Ele deturpa as reais causas da degradação ambiental, atribuindo-a, evasivamente, ao "crescimento desordenado", às enchentes e aos moradores de áreas de risco e favelas. Omite-se, dessa forma, que essas são, na realidade, consequências do modelo econômico-social predatório que se instalou no país desde a colonização.

Atualmente, a evolução do sistema econômico hegemônico levou a um aperfeiçoamento das estratégias de dominação entre diferentes regiões. A sua tendência de formar monopólios e oligopólios inviabiliza a garantia de direitos básicos às classes trabalhadoras, reproduzindo assimetrias e preconceitos, historicamente constituídas, em termos sociais e ambientais (AMADOR, 1997).

Em âmbito municipal, o planejamento e a gestão seguem regras de um urbanismo de resultados, tecnocrático, autoritário e mercadológico, como no caso do Rio de Janeiro. Em sua prática, garante espaços para investimentos e nega o direito à moradia digna nos centros para os pobres. A concentração do conhecimento especializado nas mãos do poder instituído acaba por despolitizar a discussão das moradias em áreas de risco - encostas e margens de cursos hídricos - com os pareceres técnicos se constituindo como algo "inquestionável", já que não há uma "defesa" dos

direitos dos moradores [43] (COMPANS, 2007). Em última análise, defende-se que não existe "parecer técnico" neutro, pois ele serve (é contratado) a "alguém", e nesse caso ao governo, que é permeado por interesses particulares de grupos privilegiados política e economicamente.

Portanto, refuta-se a atribuição evasiva ao "crescimento desordenado" como a principal causa da deterioração socioambiental da região da Serra da Misericórdia. Em vez disso, entende-se que ele é não mais que uma das consequências de um modelo de sociedade heterônoma e excludente, cujo objetivo central foi promover a acumulação de capitais e privilégios de uns em detrimento da garantia de direitos sociais e serviços essenciais para a maioria.

Reconhece-se que a realidade atual encontrada na região da Serra da Misericórdia é fruto de uma forma de dominação meticulosamente articulada, que relegou aos subúrbios da Central do Brasil e Leopoldina uma função na divisão territorial do trabalho como áreas fornecedoras de produtos agrícolas e matérias-primas para a construção civil no período colonial. A partir do século XX é que passam a abrigar atividades industriais poluidoras e a parcela desfavorecida da população, período no qual se intensifica sobremaneira a exploração do território e a marginalização de sua população.

Esses usos e funções ajudam a entender o porquê dessa região sempre ter sido negligenciada em termos de políticas públicas e serviços urbanos coletivos, sejam eles eminentemente sociais ou os ambientais. A partir dessa constatação é que se pode entender a injustiça ambiental que sofre essa parte da cidade do Rio de Janeiro.

Fernandes (1995:31), afirma que o conceito de subúrbio perdeu seu sentido original, predominando no senso comum:

> *"a ideia de um espaço subordinado e sem história, sem criação, sem cultura, carente de valores estéticos em seus homens e sua natureza (subúrbio é quase sempre feio e sem atrativos), ausente de participação política e cultural. No máximo, concede-se ao subúrbio o lugar da reprodução*".

[43] O plano diretor e a lei orgânica não permitem a regularização fundiária e a urbanização em caso de risco geológico, mas só um órgão faz essa análise, a GEO-RIO, órgão vinculado à prefeitura (COMPANS, 2007).

Martins (2012) relaciona os problemas socioambientais ocasionados pela ocupação de forma precária e irregular de áreas frágeis ambientalmente à desigualdade social, à falta de acesso à cidade. Configura-se, desse modo, um embate permanente entre o direito à moradia - que é inacessível via mercado ou estado - e a preservação de áreas de mananciais e UCs. Entretanto, questiona-se para quem se quer "preservar" a natureza, já que sua apropriação não é democrática, servindo a grupos econômicos e classes privilegiadas, por exemplo, através da especulação imobiliária.

Nesse sentido, para fornecer mão-de-obra abundante e barata, próximas às atividades industriais, além da falta de moradias no tecido urbano formal, a parcela mais pobre da população foi "condicionada" a ocupar áreas precárias em termos ambientais. Por isso, a região concentra de longe o maior percentual em favelas da cidade, e, historicamente, aí houve uma maior tolerância a elas pelo poder instituído (SANTOS, 1987; BARROS, 2012).

Segundo Lilian Vaz (*apud* FERREIRA, 2009), devido ao grande número de imóveis vazios nas áreas centrais do Rio de Janeiro, não haveria necessidade de nenhum habitante residir em favelas, pois aqueles seriam suficientes para a provisão de moradia para todos, se a opção política fosse essa.

Na histórica relação dos poderes instituídos com a população pobre, suburbana e favelada, há uma visão extremamente preconceituosa e criminalizante da sua condição de desfavorecimento. Trata-se, segundo Acselrad (*apud* CAMARGO, 2012), das armadilhas do ambientalismo, que, muitas vezes protagonizado pelos setores elitistas com as quais as camadas médias se identificam, se dissocia do enfretamento da desigualdade social. Dificulta, por assim dizer, a luta contra a pobreza, e a naturaliza, associando-a com a desordem e à expansão sobre áreas naturais, que na realidade...

> "*reflete a carência de moradias e serviços, e a distribuição desigual de direitos, serviços e oportunidades ao longo do solo urbano* (...) *É uma maneira de fazer subsumir o conflito de classe que persiste numa cidade tão desigual como o Rio de Janeiro"* (CAMARGO, 2012).

E como essa visão é dominante, prioriza-se a remoção de comunidades, ampliando a segregação sócio-espacial e dificultando avanços significativos em ações

que vão além da lógica repressiva que orienta a gestão urbana. Ações essas que incluam, por exemplo, a regularização fundiária e urbanística, o reflorestamento comunitário, a agricultura urbana ecológica, a educação ambiental e a geração de empregos.

Em vez disto, as políticas públicas com algum potencial transformador são restritas, e estão longe de suprirem a demanda que se constituiu historicamente e se amplia gradativamente. Ademais, o caráter populista acaba por cooptar esforços de mudanças mais profundas, pois muitas vezes o objetivo real é exercer o controle da reprodução social dos pobres por meio da força militar, e não melhorar suas condições de vida.

Apesar de avanços em alguns programas e projetos governamentais, como os relacionados a hortas comunitárias ou o mutirão de reflorestamento - no sentido da geração de postos de trabalho diretamente envolvidos com a recuperação ambiental - cabe, em primeiro lugar, questionar esse tipo de envolvimento. Neste sentido, deve-se avaliar se tais projetos não criam mais dependência do que autonomia das comunidades, já que a renda obtida[44] é proveniente única e exclusivamente do projeto, o que limita as possibilidades, não havendo um planejamento que preveja um uso produtivo da área após o reflorestamento, como atividades educativas, turísticas ou agrícolas.

A legislação, se por um lado apresenta avanços em termos de garantia de direitos e proteção ambiental, que não são cumpridos, por outro respalda práticas repressoras. Apesar de o discurso ambiental servir para remover comunidades e reprimi-las, órgãos ambientais licenciam empreendimentos imobiliários e industriais em áreas de preservação ambiental, sem nenhuma transparência, à revelia ou mesmo incidindo sobre a prática de organizações populares, como ocupações do movimento dos sem-teto e entidades atuantes em favelas[45].

Os recursos naturais que, se por um lado foram exauridos para possibilitar a acumulação e reprodução do capital, também podem favorecer o desenvolvimento local das comunidades desfavorecidas. Para isso, torna-se necessário requalificar o debate

[44] Cerca de um salário mínimo para uma jornada de mais de oito horas diárias. Informação obtida em conversa informal com ex-trabalhadores do projeto.

[45] Por exemplo, a Ocupação Quilombo das Guerreiras, situada na Av. Francisco Bicalho, no centro, está ameaçada de remoção pelas obras do "Porto Maravilha", tendo sido destruída sua área de produção agroecológica; e em agosto de 2012 a ONG Verdejar teve a sua sede covardemente destruída pela LIGHT SA, que ganhou um terreno junto à União na justiça que era ocupado há 15 anos pela entidade na Serra da Misericórdia. No local, será construída uma sub-estação de distribuição de energia elétrica.

sobre as áreas naturais remanescentes em regiões de ocupações populares, como a Serra da Misericórdia. A sua recuperação além de promover melhorias na qualidade ambiental, contribui também com a geração de renda e à segurança alimentar de populações vulneráveis.

Concorda-se com Abreu (1992) quando este afirma que a solução para a preservação ambiental só será alcançada quando for articulada com o enfrentamento das desigualdades sociais. Indo além, acredita-se que apenas quando forem garantidas as condições dignas de reprodução social e exercício de cidadania dos pobres urbanos é que se estará de fato abrindo caminho para avanços consistentes na questão ambiental. Afinal, como afirma Rodrigues (1993), a preservação ambiental só será alcançada através da justiça social e não da técnica, do mercado e do capital.

Diante do que se investigou nesse trabalho, identifica-se a urgente necessidade de se buscar sinergias entre a ação governamental e a sociedade civil, de modo que se valorize as estratégias de sobrevivência historicamente adotadas pelos excluídos na busca pelo direito à cidade.

Uma nova concepção da gestão urbana, que se oriente pelos pressupostos de solidariedade, garantia de direitos e melhorias da qualidade de vida dos espaços populares só será atingida a partir de um amplo processo de mobilização de diversos setores da sociedade comprometidos com a mudança social. Somente nesse sentido é que serão priorizadas as propostas dos “de baixo” para a compatibilização da presença das favelas com a transformação socioambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. *A cidade, a montanha e a floresta*. In: ABREU, M. A. (org.). Natureza e sociedade no Rio de Janeiro. (p.54-103) Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, Rio de Janeiro, 1992.

ABREU, M. A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro.* 4ª ed. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Rio de Janeiro, 2008.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. *O Que é Justiça Ambiental*. Ed. Garamond. Rio de Janeiro. 2009.

AMADOR, E. S. *Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza*. Ed. contexto Rio de Janeiro, 1997.

ARRUDA, J. *Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro. Sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias*. 197p. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2011.

BANGSCH, L. *A democratização como condição prévia para um desenvolvimento de sustentabilidade social e ecológica nas metrópoles. Conclusões das experiências alemãs*. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). Metrópoles: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Revan. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, Rio de Janeiro, 2004.

BARROS, M. A. *Ambientalização do urbano : o caso do Complexo do Alemão na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro*. Matheus Alves de Barros. 94p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

BERNARDES, L. M. C. e SOARES, M. T. S. *Rio de Janeiro : cidade e região.* Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Rio de Janeiro, 1987.

BESSERMAN, S. e CAVALLIERI. *Nota técnica sobre o crescimento da população favelada entre 1991 e 2000 na cidade do Rio de Janeiro*. Coleção Estudos Cariocas. Instituto Pereira Passos/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. n.20040601.Junho/2004. Disponível em: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br. Acesso em 20/02/2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Programa Minha Casa Minha Vida. *Banco de dados dos empreendimentos no Estado do Rio de Janeiro*. Brasília, 2013.

CAMARGO, J. C. G. *Ecolimites ou sócio-limites? Da "preservação ambiental" à segregação sócio-espacial*. Observatório das metrópoles. Rio de janeiro, 2012. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=147%3Aecolimites-ou-s%C3%B3cio-limites%3F&Itemid=165&lang=pt . Acesso em: 25/07/2013.

CARTA DA SERRA DA MISERICÓRDIA. Rio de Janeiro, 2001.

CARVALHO, R. S. N. *Desafios na Implantação de uma área protegida imersa em meio urbano: O caso da Serra da Misericórdia*. (Monografia). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2011.

CAVALLIERI, F. e VIAL, A. *Favelas na cidade do Rio de Janeiro: O quadro populacional com base no Censo 2010*. Coleção Estudos Cariocas. Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. n. 20120501. Maio/2012. Disponível em: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br. Acesso em 23/09/2012.

COELHO, M. C. N. *Impactos Ambientais em Áreas Urbanas: Teorias Conceitos e Métodos de Pesquisa.* In: GUERRA, A. J. T. (org.); Cunha, S. B. (org.). Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2001.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS. *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de janeiro. Dossiê do comitê popular da copa e olimpíadas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf. Acesso em: 28/06/2013.

COMPANS, R. *A Cidade contra a Favela. A Nova Ameaça Ambiental*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v9, n1, p.83-89 Maio, 2007.

_____ *Empreendedorismo Urbano. Entre o discurso e a prática*. Ed. UNESP. São Paulo. 2005.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 2ª ed. Ática. São Paulo, 2003.

FERNANDES, N. N. *Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI).*Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270. Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-56.htm. Acesso em 11/01/2013.

_____. *O rapto ideológico da categoria subúrbio - Rio de Janeiro 1858/1945*. Editora Apicuri/Faperj. Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, A. *Favelas no Rio de janeiro: Nascimento, expansão, remoção e, agora,exclusão através de muros*. Revista bibliográfica de geografia e ciências sociales. Serie documental de Geo Crítica. Universidad de Barcelona. Vol. 14, n. 828, 25 de junho de 2009. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/b3w-828.htm. acesso em: 17/11/2012.

HENRIQUE, W. *O direito à natureza na cidade*. EDUFBA, Salvador, 2009.

IBASE. *Gestão Participativa em Unidades de Conservação.* Coleção Água em Unidade de Conservação - Parque Nacional da Tijuca. Rio de Janeiro, 2006

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. *Área ocupada pelas favelas cadastradas segundo áreas de planejamento e Regiões Administrativas – Rio de Janeiro, 2010.* Disponível em <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>. Acesso em: 27/04/2013.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. *População residente, por idade e por grupos de idade, segundo as Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros - 2010.* Disponível em <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>. Acesso em: 15/03/2013.

IRVING, M. A.; GIULIANI, G.M.; LOUREIRO, C. F. B. *Natureza e Sociedade: Desmistificando mitos para a gestão de áreas protegidas.* In: IRVING, M. A.; GIULIANI, G.M.; LOUREIRO, C. F. B. (org.) Parques Estaduais do Rio de Janeiro: construindo novas práticas para a gestão. RiMa, São Carlos, 2008.

JESUS, S. C. e BRAGA, R. *Análise espacial das áreas verdes urbanas da estância de águas de são Pedro – SP*. Caminhos de Geografia (revista online), n.18 (16) (p.207-224), São Paulo, out/2005. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/.../15398/8697. Acesso em: 29/08/2012.

LACERDA, N. *Fragmentação e integração: Movimentos de (re)estruturação espacial das metrópoles brasileiras*. In: Desafios ao planejamento: produção da metrópole e questões ambientais. RIBEIRO, A. C. T.; LIMONAD, E.; GUSMÃO, P. P. (orgs). Série Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias (p.21-42). Letra Capital, Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, R. G. *Contribuição à história da Freguesia de Inhaúma. Elites, usos e formas de apropriação das terras, relações sociais e econômicas.* História em reflexão (revista eletrônica). Vol. 5 n. 9 - UFGD - Dourados jan/jun 2011.

MARICATO, E. *A cidade sustentável*. (Texto de apoio às aulas do Instituto de Planejamento Urbano e Regional/IPPUR/UFRJ).

MARTINS, M. L. R. *Sociedade e natureza no meio ambiente urbano*. In: Desafios ao planejamento: produção da metrópole e questões ambientais. RIBEIRO, A. C. T.; LIMONAD, E.; GUSMÃO, P. P. (orgs). Série Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias (p. 154-170). Letra Capital, Rio de Janeiro, 2012.

MEDEIROS, A. P. *Dinâmicas urbanas no subúrbio do Rio de Janeiro: subsídios para a reflexão sobre o projeto urbano em zonas de fronteira*. Disponível em: http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/view/184/89. Acesso em 27/01/2013.

MOTA, M. S. C. *Nas terras de Guaratiba. Uma aproximação histórico-jurídica às definições de posse e propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI-XIX*. 340 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2009.

MYIASAKA, C. R. *Viver nos subúrbios: A experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Segurança pública nos megaeventos do Rio.* Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=

263%3Aseguran%C3%A7a-p%C3%BAblica-nos-megaeventos-do-rio&Itemid=164&lang=pt. Acesso em: 14/07/2013.

_____. *Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento na RMRJ*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=111:monitoramento-do-pac&Itemid=164&lang=pt. Acesso em: 29/05/2013.

PARIS JR, R.; BERTAMÉ, R.; BEN KAUSS, A. *Plano Diretor do Parque Urbano da Serra da Misericórdia*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Fundação Parques e Jardins. Rio de Janeiro, 2011.

PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO 2009-2012. *PÓS 2016. O Rio mais integrado e competitivo*. Disponível em: www.rio.rj.gov.br. Acesso em 12/06/2013.

PRADO, B. A. *A construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do Rio de Janeiro: Agricultores do maciço da Pedra Branca.* 78p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. *Pac – Rio. Complexo do Alemão*. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Governo Federal (Apresentação em pdf.). Disponível em: http://www.chs.ubc.ca/consortia/events/E-20080916/GovernoRJ-Complexo_do_Alemao.pdf. Acesso em: 02/07/2013.

RELATÓRIO FINAL, do *Censo Domiciliar do Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro, Março/2010. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/egprio_imagens/Uploads/AD.pdf. Acesso em 09/03/2013.

RESCHE, A. *Alternativas habitacionais e qualidade de vida urbana - reflexões sobre a trajetória de lutas da UMM*. In: GRAZIA, G.; RESCHE, A. Direito à cidade e meio ambiente (orgs.). Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, FASE, Rio de Janeiro, 1993.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria Estadual do Ambiente. Diretoria de Informação e monitoramento ambiental. *Relatório Anual de Qualidade do Ar*. INEA, 2009.

RIO DE JANEIRO (Prefeitura). *Decreto n.º 33280, de 16 de dezembro de 2010. Renomeia o Parque Municipal da Serra da Misericórdia como Parque Municipal Urbano da Serra da Misericórdia, estabelece seus limites e dá outras providências.* Diário Oficial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 17 dez. 2010.

_____. *Decreto n° 19144 de 14 de novembro de 2000, Cria a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana da Serra da Misericórdia - AP-3*. Diário Oficial do Rio de janeiro. 15 nov 2000.

_____. *Decreto nº 27469 de 20 de dezembro de 2006, Cria o Parque Municipal da Serra da Misericórdia e dá outras providências*. Diário Oficial do Rio de janeiro. 21 dez 2006.

_____. *Decreto nº 27471 de 20 de dezembro de 2006, Aprova o Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo do Morro do Alemão - PDUCMA, da XXIX Região Administrativa, e dá outras providências*. Diário Oficial do Rio de janeiro. 21 dez. 2006.

_____. Decreto nº 322/1976. *Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro*. Diário oficial. 3 de março de 1976.

_____. Instituto Pereira Passos. Secretaria Municipal de Urbanismo. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Indicadores Ambientais da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Lei Complementar nº16, de 04 de junho de 1992, Dispõe sobre a política urbana do município, institui o plano diretor decenal da cidade do rio de janeiro, e da outras providências*. Diário oficial do Rio de Janeiro. 01 jul.1992.

_____. *Projeto de Lei Complementar nº 38/2010. Estabelece as altera o decreto nº 7.654, de 20 de maio de 1988, que compreende condições de uso e ocupação do solo para a área que compreende os bairros da penha, penha circular e Brás de pina, da XI região administrativa - penha, e dá outras providências.*

_____. *Projeto Mutirão Reflorestamento*. Disponível em http://www0.rio.rj.gov.br/smac/mostra_noticia.php?not=PEP&codnot=38 . Rio de Janeiro, 2007. Acesso em 07/09/2012.

RODRIGUES, A. M. S. *Desenvolvimento Sustentável. A nova roupagem para a velha questão do desenvolvimento*. In: GRAZIA, G.; RESCHE, A. Direito à cidade e meio ambiente (orgs.). Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, FASE, Rio de Janeiro, 1993.

_____ *A matriz discursiva sobre o meio ambiente*. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. J. L., SPOSITO, M.E.B. (orgs). A produção do espaço urbano. Agentes, processos, escalas e desafios. Contexto, São Paulo, 2011.

ROLNIK, R. *Dez anos do estatuto da cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da copa do mundo*. p.87-104. In: RIBEIRO, A. C. T.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. P. (orgs.) Leituras da cidade. Ed. Letra Capital. Rio de Janeiro: ANPUR, 2012.

SANTOS, J. J. M. dos. *Contribuição ao Estudo da História do Subúrbio do Rio de Janeiro (A Freguesia de Inhaúma: de 1743 a 1920)*. 413 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. Ed. Hucitec. São Paulo. 1996.

SILVA, M. L. P. *Favelas no Rio de Janeiro: Localização e expansão através do espaço urbano (1928-1964)*. In: ABREU, M.A (org.). Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca Da Fonseca Comunicação, Rio de Janeiro, 2005.

SIMAS, E. N. B. *Tem meio ambiente na favela? ambientalismo e representações*. 162 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, M. J. L. de. *O Desafio Metropolitano. Um estudo sobre a problemática Sócioespacial nas Metrópoles Brasileiras.* Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2000.

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. *Auditoria Operacional em Áreas de proteção Ambiental*. Secretaria de Controle externo. 6ª Inspetoria Geral. Rio de Janeiro, 2010.

VERDEJAR SOCIOAMBIENTAL. *Relatório dos impactos socioambientais das pedreiras da Serra da Misericórdia*. Rio de Janeiro, 2013.

Sites consultados

HTTP://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br

http://rioonwatch.org.br

http://www.rj.gov.br/web/sea

http://www.stcambiente.com

http://www.bicuda.org.br

http://aliancapelamisericordia.blogspot.com.br/

http://www.uppsocial.org

http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/

http://www.verdejar.org.br

Links consultados

http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/avanco-e-abandono-coexistem-na-obra-que-fez-de-dilma-mae-do-pac/n1597580058896.html

http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/06/21/projeto-investira-r-15-milhoes-no-parque-urbano-da-serra-da-misericordia